



Departamento de Comunicação Social

DISSERTAÇÃO

**O PARADIGMA DO JORNALISMO DE DESENVOLVIMENTO NA
CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA EM ANGOLA**

João Félix Pedro Candumba

Orientador

Doutor Pedro Pereira Neto, Professor Auxiliar Convidado – ISCTE
Instituto Universitário de Lisboa

Co - Orientador

Doutor Tiago José Lapa da Silva, Professor Auxiliar Convidado - ISCTE
Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2015

AGRADECIMENTOS

Para a conclusão deste trabalho foi necessários estabelecer vários esforços e planos, tendo como ponto de partida a disposição de se doar aos estudos, o interesse em dar sequência ao projeto, a vontade de conquistar e ultrapassar esse desiderato, a distância de estar longe da família e da pátria. Todavia, o que ontem foi difícil para se dar iniciativa, agora se tornou uma realidade com missão realizada para a minha vida e a sociedade. Agradeço à Deus todo-poderoso por ter me criado a sua imagem e semelhança, pelo dom da vida e preservando-me ainda vivo.

Ao Orientador, Professor Doutor Pedro Pereira Neto, pela disponibilidade em orientar-me desde a primeira hora que lhe formulei o pedido e sem recuos aceitou esse desafio, passando as informações necessárias e cabíveis. Do mesmo modo, ao Co-orientador Professor Doutor Tiago José Lapa da Silva, que concordou em auxiliar-me nessa empreitada desde a elaboração do projeto, sua delimitação, foco, desenvolvimento e conclusão.

Agradeço pela superação da minha esposa Rosária Manuel Gomes Candumba, dos meus filhos Anatoly Guimarães do Amaral Candumba, Elisandra Patrícia Ebo Candumba, Cremilda Esperança Candumba e de Aristóteles Gabriel Gomes Candumba e aos irmãos Pedro Guimarães Neto (in memória), José Francisco Manuel, Jorge Domingos Candumba, Ângelo Félix Candumba, Luzia Francisco Manuel, Alice Francisco Manuel, Esperança Francisco Candumba, Neide Francico Candumba que, mesmo distante encorajaram-me a levar em diante este projeto, que, de certo modo seria impossível à cristalização deste mestrado. Destaco aqui o espírito de encorajamento do meu sobrinho João Manuel Lourenço que sempre se destacou em saber a progressão dos meus estudos.

Ao pessoal do Departamento de Comunicação Social que muitas vezes, pelas dúvidas auxiliaram-me ao que fazer muito obrigado a todos pela vossa maneira de trabalhar com eficácia. A Catarina Foa, a minha sublime gratidão pelo apoio moral, no momento de muita dor e consternação. Ao pessoal da Divisão Académica e Tesouraria, o meu reconhecimento.

Aos meus amigos e amigas pelo vosso valioso apoio. As minhas colegas Jaqueline Moreno e Nadza Ceita que partilhamos as mesmas salas de aula, fomos pelas mesmas ruas na hora de saída do ISCTE-IUL, fica toda minha gratidão de um dever cumprido com êxitos.

RESUMO

Este trabalho tem como princípio investigar o Paradigma do Jornalismo de Desenvolvimento na Construção da Democracia em Angola, tendo como base identificar se a prática jornalística que se realiza nos meios de comunicação social tem contribuído para a democracia no país como fonte de bem estar para todos. Uma das hipóteses da pesquisa é saber se a produção de notícias nos media, tanto público como privado constituem pressupostos fundamentais e requisitos do jornalismo de desenvolvimento que é o foco deste tema.

Para isso, a conceptualização de estudo acerca da comunicação, opinião pública, democracia participativa e liberdade de imprensa que constitui o leque de abordagem deste trabalho. Também é definido neste estudo de pesquisa temas sobre a esfera pública, a origem da denominação de jornalismo de desenvolvimento, liberdade de imprensa como fundamentos que formam a noção da realização de uma comunicação de desenvolvimento que auxilia a sociedade a sair do estado de pobreza para o modelo de desenvolvimento. Ou seja, o termo jornalismo de desenvolvimento tem como finalidade em criticar e denunciar os erros do governo, mas ao mesmo tempo traça projetos de dar soluções aos problemas que afetam a sociedade e que impede o desenvolvimento social, económico e cultural da população rumo ao estado de bem-estar.

Partindo da reflexão dos entrevistados e a própria realidade da atuação dos meios de comunicação em Angola, percebe-se que o funcionamento do mesmo no tratamento da informação em termo de notícias não corresponde o requisito do “jornalismo de desenvolvimento”. Em suma, afirma-se, que, de acordo com o que foi estudado durante o período de pesquisa, a atividade do jornalismo em Angola não contribui para a construção da democracia angolana, em sequência da falta de liberdade de imprensa, mecanismo de censura e casos de corrupção que não é permitida à sua divulgação.

Palavras chave: Comunicação, Democracia, Desenvolvimento Jornalismo, Liberdade e Angola.

ABSTRACT

In this paper we investigate the principle of “Journalism Development” Paradigm in Democracy Building in Angola, based on identifying how the journalistic practice that takes place in the media has contributed to democracy in the country as well as supply for all. One hypothesis of the research is whether the production of news in the media, both public and private, constitutes fundamental assumptions and requirements of the development journalism, which is the focus of this dissertation.

For this, the concepts of studies on communication, public opinion, participatory democracy and press freedom constitute the range of approaches to this work. It was also covered in this study topics on the public sphere, the origin of “development journalism” denomination, freedom of the press as fundamentals that form the notion of carrying out a development communication that helps society out of poverty for the development model. The development journalism notion aims to criticize and denounce the government's mistakes, but at the same time draws projects to give solutions to the problems that affect society and impedes social, economic and cultural development of the population towards the state wellness.

Starting from the reflection of the respondents and the reality of the performance of the media in Angola, we realized that the operation thereof to process information in terms of news doesn't meet the requirements of what is the development journalism. In theory, we state that, according to what has been studied during the research period, journalism in Angola does not contribute to the construction of the Angolan democracy, given the lack of press freedom, the presence of mechanisms of censorship in the media and the lack of investigation by the media of the reported cases of corruption.

Keywords: Communication, Democracy, Development, Journalism and Freedom, Angola.

Índice

Glossário de siglas	v
INTRODUÇÃO	1
1- ASPECTOS DA COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA	3
1.1- O papel da comunicação na sociedade contemporânea.....	3
1.2- Abordagens sobre a democracia participativa e representativa.....	6
1.3- A democracia, opinião pública e comunicação	7
2- O PARADIGMA DO JORNALISMO DE DESENVOLVIMENTO	15
2.1- Conceitos iniciais de jornalismo de desenvolvimento.....	15
2.2- O jornalismo de desenvolvimento como fundamento social.....	17
2.3- As diferentes concepções de jornalismo de desenvolvimento.....	18
2.4- Algumas experiências do jornalismo de desenvolvimento nos estados Africanos	21
3- OPÇÕES METODOLÓGICAS	23
4- O JORNALISMO DE DESENVOLVIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA EM ANGOLA	27
4.1- Os meios de comunicação social e a informação noticiosa.....	27
4.2- O papel dos meios de comunicação e o público após a independência	29
4.3- A programação das informações jornalísticas nos meios de comunicação	33
4.4- O jornalismo na construção da democracia participativa.....	35
4.5- A relação do jornalismo e a política na sociedade angolana	36
4.6- A liberdade de imprensa e a deontologia da ética no jornalismo angolano	37
5- CONCLUSÃO	40
6- REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	45

Glossário de Siglas

- **ANGOP:** Agência Nacional de Notícias, a principal fonte de notícias do país. É um órgão público que informa a população as notícias de caráter nacional e internacional.
- **A.N.:** Assembleia Nacional (Da República de Angola), que já teve denominações como: Assembleia do Povo e Assembleia da República. É o órgão máximo do país onde são discutidos os problemas e soluções que demandam a sociedade angolana.
- **C.R.:** Constituição da República – República de Angola
- **CASA - CE:** Coligação da Aliança Social de Angola.
- **FNLA:** Frente Nacional de Libertação de Angola (Partido político).
- **JMPLA:** Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola.
- **MPLA:** Movimento Popular de Libertação de Angola (Partido político que governa atualmente o país).
- **PRS:** Partido Republicano e Socialista (a segunda força política da oposição).
- **R. E:** Rádio Eclésia – propriedade da Igreja Católica.
- **R. K:** Rádio Kairos Emissora da Igreja Metodista.
- **RNA:** Rádio Nacional de Angola.
- **TPA:** Televisão Pública de Angola. A maior televisão do país gerenciado pelo Estado angolano.
- **TV:** Televisão.
- **TV Zimbo:** Televisão privada, mas com cunhagem ao Estado, é propriedade do general Kupilipa.
- **UAN:** Universidade Agostinho Neto.
- **UMA:** Universidade Metodista de Angola.
- **UNITA:** União Nacional para a Independência Total de Angola.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a democracia no estado angolano a partir da atividade desenvolvida pelos meios de comunicação social, explorando aspectos do jornalismo de desenvolvimento como contributo para o bem estar da população em Angola.

O jornalismo de desenvolvimento é um tema pouco discutido em muitas sociedades mesmo aquelas em que os media possuem maior dimensão em termos de história, desenvolvimento, evolução e contribuição para o crescimento do país. Pois, a sua divulgação é feita de forma lenta, assim como a sua prática e discussão nos cursos de comunicação social ou de jornalismo. Em países onde o desenvolvimento dos próprios meios de comunicação se realiza de forma lenta e caótica, este processo é preocupante e grave, visto que, seus profissionais e outros indivíduos não conhecem sua existência e aplicabilidade do mesmo o que afasta a mediatização e participação da opinião pública.

Com origem na Ásia a partir da década de 60, no século XX e sua discussão nos EUA, o termo “Jornalismo de Desenvolvimento” teve aplicação inquestionável nos países da África, Ásia e América Latina mostrando que “a produção de reportagens ou informações nos meios de comunicação deve ser feita de forma construtiva permitindo assim o desenvolvimento do país, tanto assuntos de contextualização nacional e internacional” (Kunczik, 2002: 131). É, todavia, a partir deste aspecto que nos remete a pesquisar essa modalidade jornalística a fim de saber o espaço de antena em Angola.

Para tal, o trabalho está repartido em quatro capítulos para além da introdução e conclusão que apresentam de forma resumida como este paradigma do jornalismo de desenvolvimento pode ser exercido em países em via de desenvolvimento ou em estado de pobreza.

No primeiro capítulo, trata-se o aspecto da comunicação social de forma a compreender a sua importância, partindo do seu papel na sociedade contemporânea, sobre a democracia participativa e representativa tendo como direcionamento à opinião pública e a esfera pública. Por conseguinte, o aspecto da opinião pública no centro da abordagem de comunicação no processo da democracia. Neste parâmetro, coloca-se a visão de Habermas (1989: 279) postulando que a opinião pública passa a ser considerada como produto de um processo de comunicação intrínseco às massas, que

não está preso nem ao princípio do uso público da razão, nem ligado à dominação política.

No segundo capítulo, enaltece o papel do jornalismo de desenvolvimento como um processo que busca a construção do bem estar social da população a partir das atividades desenvolvidas pelos seus representantes, a origem dessa premissa, sua aplicação em países em desenvolvimento para sair do estado de pobreza para um modelo de bem estar.

Quanto ao terceiro capítulo, apresenta a pesquisa do aspeto metodológico usado na recolha de informações com as fontes pessoais, bibliográficas, sites, jornais e documentos. Mostramos o tempo usado na exploração da mesma e as províncias onde realizamos as entrevistas.

O último momento do trabalho está reservado às observações feitas no terreno sobre o processo de aplicação do jornalismo de desenvolvimento em Angola. Portanto, nessa sentença apresentamos como subtemas os meios de comunicação social e a informação noticiosa, o processo e o papel dos mesmos após a independência e o público e outros agentes que observam esse processo, a programação das informações jornalísticas nos meios de comunicação social, o jornalismo na construção da democracia participativa, sua relação e a política na sociedade angolana. Neste caso, precisa-se saber se os desdobramentos dos meios de comunicação em Angola têm contribuído para a construção da democracia e se as informações são produzidas com responsabilidade social, inserção e imparcialidade. Por outro lado, exploramos as diversas formas de jornalismo que são feitas nos media com o objetivo de persuadir os indivíduos a estarem engajados nas discussões dos problemas da sociedade de forma a participarem direta ou indiretamente no processo de socialização para a construção de uma democracia participativa que responda aos ideais sociais em Angola.

É de extrema relevância estudar a construção da democracia com profundidade na socialização do país, assim como a compreensão do fundamento a convergência e divergência que surgem na sociedade onde o serviço de comunicação social tem produzido as informações para os consumidores.

CAPÍTULO I – ASPECTOS DA COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA

1.1 – O papel da comunicação na sociedade contemporânea

Desde a Antiguidade, a Comunicação exerceu um papel importante na vida do Homem e da Sociedade, constituindo um dos campos sociais para a construção do indivíduo como sujeito social. A comunicação não é apenas um objeto de pesquisa ou um conceito de conhecimento: Ela é um fenômeno que estrutura o desempenho social em qualquer campo ou nível de atividade. Estudar comparativamente os media, os discursos, as linguagens, a recepção, é de suma importância para o entendimento do complexo processo comunicativo em qualquer sociedade. Se comparados os diversos estágios da comunicação, esta passou por várias etapas de desenvolvimento e evolução de periodicidade até aos dias de hoje.

Ainda que não seja o único meio de transmissão da Ideologia, a comunicação de massa tornou-se um dos seus principais veículos, criando desta forma um novo conjunto de parâmetros para a operação da ideologia nas sociedades modernas.

Os meios de comunicação de massa não são, simplesmente, um entre muitos mecanismos para a inculcação da ideologia dominante; ao contrário, esses meios são parcialmente constitutivos do próprio fórum dentro do qual os indivíduos agem e reagem ao exercer o poder e responder ao exercício de poder de outros (Thompson, 2011: 128).

Ademais, Rodrigues (1994: 22), entende que “a comunicação não é um produto, mas um processo de troca simbólica generalizada, processo de que se alimenta a sociabilidade, que gera os laços sociais que estabelecemos com o meio ambiente”. Enquanto isso, no entendimento de Martin-Barbero (1992: 20) “as mediações são esse lugar onde é possível compreender a interação entre o espaço da produção e da recepção: o que se produz na televisão não responde unicamente a requerimentos do sistema industrial e a estratégias comerciais, mas também a existência que vêm da trama cultural e dos modos de ver”.

Para Sodré (2001: 94) a noção de cultura é “um conjunto de relações de sentido voltadas para a modelagem da economia civilizada do sujeito, isto é, para a internalização de padrões de pensamento e comportamento historicamente elaborados pela classe social”.

Thompson (2014: 52) ao analisar o campo da comunicação, faz uso da expressão “*comunicação de massa*” referindo-se à *produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico*, desdobrando-se em cinco características: “os meios técnicos institucionais de produção e difusão; a mercantilização das formas simbólicas; a dissociação estruturada entre a produção e recepção; o prolongamento da disponibilidade dos produtos da media no tempo e no espaço; e a circulação pública das formas simbólicas mediadas”. Thompson (2014: 35) sublinha que “os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica irreduzível: eles se relacionam com a produção, armazenamento e a circulação de matérias que são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem. Assim sendo, o desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si”.

Ao contrário do que é apresentado por Martin-Barbero e Thompson, para Silverstone (1999: 18) o envolvimento em processo de mediação implica a “capacidade de indivíduos e instituições se posicionarem face ao perigo próprio dos media em termos de autenticidade e confiança, pontos críticos de várias dimensões da mediação e pré-condição de uma comunicação efetiva”. Uma das questões chave para compreensão do trabalho social dos media, na época contemporânea, reside, notou Silverstone¹, em perceber “*o que está a acontecer à confiança no coração do processo de mediação e realizar quão importante é encontrar formas de preservá-la ou protegê-la*”.

Por conseguinte, os meios de comunicação assumem papel relevante como suportes tecnológicos de informação e comunicação que através de mediações – viabilizam o agir coletivo, a mudança cultural e a reprodução social, articulando certo quadro de oportunidades e respectivas utilizações por diferentes atores e instituições sociais (Barreiros, 2012: 72). Esta compreensão pode ser entendida a partir da colocação de Silverstone, citado por Barreiros (2012: 73) em que “toda comunicação envolve mediação quanto processo transformador onde o sentido e valor das coisas são construídos” (Silverstone, 2002: 2).

Livingstone (2005: 17, in Barreiros, 2012: 10) em sociedades impregnadas de

¹ Idem.

media como as contemporâneas, “as mediações constituem vetores determinantes da configuração da significação e da ação social crucialmente, os media medeiam: selecionam, priorizam, moldam, e assim por diante, de acordo com as instituições discursivas da indústria de media”. Para Gitlin (2002: 10), “os media são ocasiões que permitem aos cidadãos experiências em circuito fechado, no sentido em que as experiências são elas próprias os produtos, as principais transações, os principais efeitos dos *media*”.

Para tal, a noção de mediação em que os media se apresentam no mundo nos diversos moldes de comunicação constitui um fenómeno de interação entre os indivíduos de determinadas sociedades tanto de forma coletiva ou regionais a partir da produção de conteúdos que enriquece o critério de pensar e de viver dos membros em sociedade (Barreiros, 2012:73).

Para Correia (2006: 81), “os media estão profundamente e intimamente ligados às pessoas e à sociedade nos planos da informação, do conhecimento, do entretenimento e da ideologia; ou seja, o autor conceitua os três planos como as formas de atuação que os media apresentam em termos de compreensão na formação e informação social no que diz respeito a uma análise do campo dos media em Portugal”:

“Da informação, na medida em que a seleção dos acontecimentos que são escolhidos para serem notícia, e posteriormente a sua elaboração, hierarquização e apresentação são submetidas a estes e não àqueles critérios os chamados <<valores - notícia>>, oferecendo ao público um determinado, e não outro, <<retrato>> da realidade e sua interpretação; Do conhecimento, na medida em que para a maioria do público os media funcionam como o meio privilegiado ou mesmo único para a apreensão e a tomada de contato com as realidades que ultrapassam a sua experiência quotidiana; Do entretenimento, na medida em que esta função dos media, tornada predominante – nas programações televisivas e radiofônicas, na multiplicação de um certo tipo de publicações especializadas e, cada vez mais, no próprio tratamento da informação -, atenua ou mesmo obscurece as funções formativa e informativa, ao mesmo tempo que preenche quase em exclusivo as horas de lazer de milhões de portugueses” (Correia, 2006: 81).

A informação visa proporcionar conhecimento e compreensão da realidade do universo em que vivemos de modo a prover capacidade de antecipar, agir, participar e transformar. Desta feita, Barreiros (2012: 134) “entende que a informação apoia-se na abordagem do jornalismo popular, sob o pressuposto de que nem todas as pessoas estão interessadas de modo exaustivo nos detalhes dos assuntos públicos, as notícias tendem a

ser simplificadas, sobre personalização, breves, envolventes, em ritmo de ação condimentada de espetáculo e entretenimento”.

Por outro lado, segundo Sena (2002: 36), “a comunicação política assegura a adequação entre governantes e governados através de um intercâmbio permanente de informação: expressão das decisões soberanas dos governantes sobre os governados, ela assegura a legitimação de autoridade dos governantes sobre os governados”. Com a responsabilidade que os media assumem, a área da comunicação política pode ser entendida a partir do artigo do Professor Nelson Traquina, publicado no livro “*A Televisão e o Serviço Público*”, em que o autor teoriza a imprensa livre. Entretanto, ele discorre que o conceito de uma imprensa livre como sentinela que guarda a democracia (um quarto poder) “tem raízes profundas na história da evolução da proposta democrática que emerge dos séculos XVII e XVIII e, reconhecemos sem ambiguidades que, apesar de diferentes tradições legais na Europa e nos Estados Unidos, este conceito deve constituir uma pedra angular em todas as nações (incluindo Portugal) que atingiram um sistema social baseado no princípio “um homem, um voto” (Traquina, 2011: 117).

A respeito da importância exercida pelos media na sociedade moderna, assim como nos dias de hoje, Sena (2002: 35) atesta que a “comunicação política serve de esteio à atividade política e serve de impulso à atividade jornalística, desempenhando funções de constituição e restabelecimento da própria sociabilidade, de tal forma que ela representa uma mudança significativa na informação por canais de transmissão estruturados ou informais”.

1.2 - Abordagens sobre a democracia participativa e representativa

Uma das vertentes da noção de democracia assenta-se na ideia de fazer valer a opinião e o interesse da maioria, no compromisso com a superação de desigualdades, preservando os direitos, as possibilidades de expressão e a contemplação dos interesses das maiorias. Robert McChesney, citado por Barreiros (2012: 11) delimita esta noção sublinhando que “o papel específico da informação de um sistema de media que sirva o conjunto de população e contribua para um funcionamento equilibrado da democracia”.

Para o contexto da democracia em sociedade é preciso seguir os aspectos da representação da população que muitos autores, aqui citamos Habermas e Bobbio que denominam como “Esfera Pública”, também é um assunto visto por Barreiros (2012).

Para compreendermos melhor esta concepção de esfera pública, partimos do princípio da análise atual feita por Barreiros (2012: 18), ou seja, a “noção de esfera pública enfatiza a relevância democrática de espaços de vida social que proporcionam a instâncias de construção de identificação, pertença e integração como antecâmara de ação social, cívica e política”. Barreiros (2012: 18) ao falar da democracia parte também das observações feitas pelo filósofo alemão Habermas, de que a esfera pública “surge como um espaço de mediação entre sociedade e estado, distinto do poder de Estado e das estruturas económicas da sociedade civil, aberto a todos os cidadãos considerados como pessoas privadas, idealmente libertas de pressões externas, no qual o público se organiza, formula opinião pública e exprime os seus desejos face ao governo”. Por outro lado, ao que diz respeito aos cidadãos, Aristóteles (1988, 127^a. 8) afirma na sua Política que os “cidadãos são, acima de tudo “aqueles que participam do exercício de funções públicas”. Ao analisar as abordagens feitas por Aristóteles podemos refletir numa convergência de ideias que se situam plenamente no seu posicionamento sobre a esfera pública e a opinião pública que são dois elementos cruciais da vida pública e da democracia, assegurando dimensões de integração solidariedade entre os indivíduos de poderem participar na vida coletiva eliminando todas as interrupções sociais (Barreiros, 2012: 19). Para Craig Calhoun, a “esfera pública configura um espaço de comunicação entre cidadãos que, mesmo sem conhecimento mútuo, se envolvem em formas de informação, comunicação e deliberação pública que transcendem os espaços e interesses particulares de cada um”.

A democracia e a cidadania exigem uma comunicação aberta e plural. Os cidadãos precisam interagir-se, podendo também aceder às informações importantes. Habermas citado por Barreiros (2012: 21) sublinha que a “viabilidade de um modelo de democracia assente nos pressupostos liberais depende de uma sociedade civil inclusiva que promova a participação dos cidadãos e de um espaço de informação e comunicação aberto e plural assegurado por um sistema de *media* independente”.

1.3 - A democracia, a opinião pública e comunicação

Para a compreensão dessa seção, partimos dos pressupostos das abordagens feitas

por três autores portugueses², Barreiros (2012), Esteves (2009: 165) e Correia (2006: 83). Estes, por sua vez, descrevem as categorias de democracia e opinião pública³ tendo como premissa fundamental para se governar em qualquer estado, referindo-se a importância do arcabouço da participação dos meios de comunicação social para a cristalização na sociedade. Em primeira instância apresentamos a tese discorrida por Barreiros (2012: 13) atestando que “a noção contemporânea de democracia enfatiza, como se assinalou anteriormente, duas dimensões principais: uma reporta ao ideal da vivência coletiva equilibrada entre membros de uma comunidade ou sociedade, em liberdade e convivência pacífica, no respeito pelas diferenças de condição social, valores, identidades e estilos de vida que nelas se manifestem. Outra diz respeito à organização da vida pública e política no quadro de um sistema democrático promovido de um modo de governação capaz de comportar e rentabilizar a diferença entre sujeitos considerados politicamente como iguais”.

Ademais, Barreiros (2012) acrescenta que da democracia espera-se “uma governação democrática e regulação justa das relações sociais através de soluções de exercício do poder político que promovam uma arbitragem reta e equilibrada dos diferentes interesses e poderes, proporcionando solidariedade e apoio a cidadãos ou grupos em situações pontuais ou duradouras de exclusão ou infortúnio à prevenção de condições económicas e políticas geradoras de consequências sociais indesejáveis”. Ou seja, a democracia é também refletida como questão de humanização e cidadania, em que;

“A economia de mercado e democracia representativa constituem duas faces de um mesmo sistema, interdependentes, suportando-se mutuamente, de conjugação estruturalmente crítica, em que dificilmente podem resolver-se plenamente as tensões que inevitavelmente se geram” (Barreiros, 2012: 14).

² José Jorge Barreiros (2012) e João Pissarra Esteves (2009: 165) *Comunicação e Sociedade: Os Efeitos Sociais dos Meios de Comunicação de Massa*, Lisboa, Livros Horizontes. Ver também Fernando Correia (2006: 83).

³ Esteves (2009: 179) os líderes de opinião pública têm de ser capazes de pressupor um grau mais elevado de institucionalização dos temas políticos e acham-se limitados pelo seu papel na seleção dos temas possíveis, enquanto os quadros, sendo mais independentes da opinião pública, estão, no entanto, absolutamente dependentes de instruções políticas.

Enquanto que, na reflexão de Esteves (2009: 165) a opinião pública é “a contingência política substantivada – um substantivo ao qual se confia à solução do problema da redução da discricionariedade do que é jurídica e politicamente possível”. O mesmo autor acrescenta ainda que esse processo consiste na “contingência de interpretação da relação entre opinião pública e processo de comunicação: a opinião pública não pode mais ser considerada, simplesmente, como um resultado politicamente relevante, antes deve ser vista como estrutura temática da comunicação pública”. Esta terminologia também é compreendida numa outra colocação epistemológica que não pode ser mais concebida de forma causal apenas a partir do efeito de produção que opera na sociedade, mas pode de maneira geral ser um elemento importante para auxiliar a forma de seleção de conteúdos para alimentar a sociedade (Luhmann, 2009: 164). Para esse estágio, Esteves (2009: 172) escreve que “a própria pluralidade das regras da atenção é determinante para a permanente abertura de opinião pública; ela impede que apenas valores estabelecidos, apenas crises, apenas a própria lógica interna de sucesso do sistema político, apenas novidades ou apenas dores ou os seus sucedâneos determinem a temática do processo político da comunicação”. Para tal, compreende-se que;

“A opinião pública pode anunciar, em nome de constantes racionais comuns a todos os homens, uma pretensão de domínio que foi, na prática, a burguesia em ascensão. Dado o caráter ideológico dessa pretensão, a teoria em causa teve de limitar-se a uma função de crítica e de controlo, que confere ou nega relevância ao tema em apreço. A opinião pública veio, assim, ocupar o seu lugar ao lado da dominação política, entendida essa como o verdadeiro centro do sistema político. Este último foi concebido, tal como anteriormente, como um sistema de cargos públicos, e não como um processo de comunicação estruturado, a mais antiga teoria liberal” (Esteves, 2009: 175).

Segundo Barreiros (2012: 11) escreve que “uma das vertentes da noção de democracia assenta na ideia de fazer valer a opinião e o interesse da maioria, o compromisso com a superação de desigualdades, preservando os direitos, as possibilidades de expressão e a contemplação dos interesses dos desfavorecidos e das minorias, não só pelo sufrágio universal”.

Por conseguinte, para Esteves (2002) “o público, como a esfera pública e a opinião pública podem ser entendidos como mecanismos de legitimação democrática, pelos espaços que criam para que os cidadãos estabeleçam laços entre si, como forma de

reconhecimento do contrato social entre Estado de direito e os seus cidadãos, como lugar de encontro e de circulação de informação e de comunicação”. Ao mesmo tempo em que o surgimento de formas de mediação nas diversas sociedades constitui um novo cenário de se organizar os grupos nas discussões dos problemas que formam a agenda de debate sobre a sociedade. Pois, Luhmann⁴ discorre o conceito de opinião pública buscando as análises feitas por Habermas⁵, confirmando as seguintes características: “os sistemas de formação da opinião são pequenos círculos onde se debatem ideias, nos quais os seres humanos se podem encontrar e aceitar como seres humanos”. Esta percepção de Habermas sobre a contingência dos círculos como forma de opinião pública é retomada por Luhmann que acrescenta:

“Os círculos acham-se diferenciados, na medida em que os seus membros não se orientam em conformidade com os outros papéis que lhes são próprios como sexo, idade, posição social, profissão, recursos económicos, etc, os círculos estão segmentados na relação uns com os outros, uma vez que são constituídos de modo idêntico e uniforme, e não com base numa função particular que lhes seja atribuída, assim como a igualdade dos círculos de discussão e a neutralização das influências políticas, económicas e derivadas da posição social sobre a discussão permitem admitir como geral a opinião que neles se formava; que as experiências neles desenvolvidas aparecessem como universalmente válidas; que as expectativas que se aprendia a acalantar como ressonância do comportamento tais, pudessem substituir as velhas instituições; e que fosse possível chegar a um acordo baseado numa compreensão de si moralmente fundamentada, sem ter de atender às condições económicas, de classe ou derivadas da estrutura do sistema que influenciam um tal pensamento” (Luhmann, 1970, apud, Esteves, 2009: 165).

No entendimento de Barreiros (2012: 153) considera o uso de novas plataformas da comunicação a partir dos *media online* que caracteriza uma nova forma dos indivíduos poderem discutir os assuntos da comunidade ou sociedade em benefício dos interesses do grupo. “Um dos sentidos de participação tem a ver com a partilha, troca e cooperação, agora simplificada entre sujeitos espacial e temporalmente distantes”. Discorrendo ainda com o mesmo autor, no que concerne com os media, ele considera o seguinte:

“No plano da política e da democracia, a suposta cultura participativa dos “ativos

⁴ Cf. Niklas Luhmann, A Opinião Pública, Esteves (2009: 165), Comunicação e Sociedade.

⁵ Habermas, 1962: 264, apud Esteves, 2009: 165.

digitais” tende a ser apontada como mais-valia, chegando mesmo a ser creditada da potencialidade de transformar a ação, a legitimidade e a liberação política” (Barreiros, 2012: 153).

O público, em certas circunstâncias é atraído pelos media a participar para a discussão dos problemas que afligem a sociedade com perspectiva de se desenvolver um estado democrático. Hoje, com a evolução e a aplicabilidade das novas tecnologias permitiram o crescimento da Televisão. Segundo Torres (2011)⁶ “a TV cresceu rapidamente até se tornar o mais importante meio de comunicação em audiência e influência política, social e cultural. Estabilizando o modelo generalista cerca dos anos 1979-80, o panorama da televisão mudou muito no final do século XX”.

O desenvolvimento da televisão ampliou grandemente a importância e a penetrabilidade da quase interação mediada nas sociedades modernas e transformou o seu caráter, (Thompson, 2011: 299). Para Dominique Wolton (2004), citado por José Manuel Mendes, “a televisão tornou-se subconsciente coletivo mais determinante na construção dessa identidade nacional”. A televisão, tanto nas suas emissões de entretenimento como de informação, produz e difunde uma cultura comum e só a televisão generalista, preferencialmente de capitais públicos, permitirá a aproximação dos diferentes grupos e interesses que compõem uma dada sociedade na comunhão de um destino comum. Barreiros (2012: 92) descreve que “no contexto contemporâneo dos media digitais bidirecionais, a valorização e compreensão dos desempenhos e expectativas dos públicos revela-se um contributo necessário, tanto do ponto de vista das lógicas de consumo e mercado, como nos planos da democracia e cidadania”. Já para Correia (2006: 83) entende que “as transformações nos media trouxeram consigo uma nova forma de estes se relacionarem com o público e de influenciarem a opinião pública”.

Como disse Habermas (1989) “os processos de comunicação dos grupos estão sob a influência dos meios de comunicação de massa, de modo imediato ou, o que é o caso mais frequente, intermediado por *opinion leaders*. Entre estes se encontram com frequência àquelas pessoas que dispõem de opiniões refletidas, formadas em debates literários e intelectuais. Mas, enquanto tais opiniões permanecerem fora do contexto da

⁶Torres, Eduardo Cintra (2011:115), A Televisão e o Serviço Público, Lisboa, Ensaio da Fundação.

comunicação de um público intacto, elas igualmente pertencem às opiniões não publicas, embora se distingam nitidamente das três demais categorias”.

O público está atento às transformações sociais que acontecem em cada sociedade podendo associar esta relação entre a democracia e a comunicação como pilares de busca e de cristalização da vida dos cidadãos para uma sociedade de bem estar, onde todos têm os mesmos deveres e direitos. Assim sendo, a comunicação de massa se tornou o “canal mais importante para a circulação de informação e comunicação de vários tipos, e toda tentativa de repensar a natureza e o papel da ideologia nas sociedades modernas deve prestar uma atenção total a esse desenvolvimento” (Thompson, 2011: 135).

Para Barreiros (2012: 91), “na relação entre públicos e media interessa valorizar e equilibrar poderes e valores, recordando que os lugares da produção e da recepção não são paritários. Raramente os públicos, mesmo os mais esclarecidos, dispõem de condições de paridade para interpretar os procedimentos, estratégias e influências que intervêm na configuração dos produtos a que acedem”. Por outro lado, segundo a visão de Barreiros, “os públicos e media constituem dois polos dos processos da comunicação pública em interligação”. Aos media compete uma função de interesse público, cuja concretização depende do modo como conseguem convocar públicos que componham audiências de consumidores; aos públicos interessa a possibilidade de encontrar nas propostas dos media recursos que tornem a pertença à audiência gratificante face de existência quotidiana e à cidadania” (idem). Esta compreensão pode ser também percebida na postulação feita por Ekstrøm, de que:

“As pessoas obtêm grande parte do conhecimento do mundo fora de sua experiência imediata através dos *mass media*, onde o conteúdo jornalístico predomina. Os modos jornalísticos de representar a realidade, os modelos *modus operandi* dos jornalistas também influenciam outras instituições sociais: política, agentes do mercado, instituições educativas e assim por diante” (Ekstrøm, 2002: 259).

Por conseguinte, “a noção de opinião pública decorre da ideia de regulação social e política negociada, com participação de diversos setores de uma sociedade. Pressupõe a noção de democracia enquanto processo que depende de informação, debate e formação de opinião, com reciprocidade e repercussão na deliberação política, em que política e comunicação se articulam como atividades interdependentes de

influência mútua” (Barreiros, 2012: 94)⁷. Outra postulação assegura que “a opinião pública não existe em todas as sociedades, visto que as pesquisas de sondagem sobre a existência da opinião pública mostram as opiniões das pessoas são diferentes em vários casos, pois cada um tem uma opinião sobre um determinado tema ou no que diz respeito a um modelo de Estado ou de governo” (Bourdieu, 1972: 3)⁸. Assim sendo, a opinião pública em Angola, não é medida por um sistema de sondagem, visto que não há instituições responsáveis para estes estudos sociológicos, mas em termos de observação⁹ atesta-se que ela não se faz sentir a partir de grupos determinados ou direcionados. O que existe são pessoas isoladas que comentam ou descrevem o estado da “*opinião pública*” nas grandes cidades do país que protestam a forma da atuação do governo e da atuação dos meios de comunicação social. Em muitos países, ao contrário que acontece em Angola, a opinião pública continua a ser um objeto de estudos para a orientação dos cidadãos seja em que local for sem o envolvimento central dos problemas políticos ou aos órgãos políticos, mas aos problemas económicos, da melhoria da saúde e de educação como casos básicos (Habermas, 1989: 282). Ou seja, este assunto está distanciado da observação de autores como Bourdieu e Habermas já citados neste trabalho.

Por conseguinte, em muitas sociedades mais desenvolvidas, a esfera pública tem uma responsabilidade acentuada, pois parte de uma percepção de que ela se apresenta como a própria esfera em que assiste um poder público contrapõe-se ao posicionamento da esfera privada, (Habermas, 1994: 14). Assim sendo, compreende-se também a questão de uma comunicação assente aos aspectos de contribuir para o processo da esfera pública onde devem existir as discussões abertas dos aspectos de se fazer uma luta entre um jornalismo crítico e a publicidade jornalística para a construção da opinião pública, ao contrário do que se assiste muito nos meios de comunicação social do poder do Estado que estão virados aos objetivos de manipulação dos cidadãos através da “publicidade”, ou seja, trata-se de campanhas eleitorais que são realizadas em todos os

⁷ Cf. , a propósito Niklas Luhman, “A Opinião Pública”, na Obra de Comunicação e Sociedade, Organizada por João Pissarra Esteves, 200: 163. Lisboa, Livros Horizonte.

⁸ Cf. comunicação feita em Noroît (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em Les Temps Modernes, 318, janeiro de 1973.

⁹ Cf. a descrição e comentários dos entrevistados no 4º capítulo deste trabalho.

momentos e locais nos meios de comunicação social do Estado como imposição a social-democracia (Habermas, 1989: 273).

A denominação de opinião pública também apresenta seus contrapontos em termos de esclarecimento sociológico o que tem provocado conflito para se analisar o que se deve ser feito para melhor situar o cidadão em busca de uma percepção mais voltada a democracia.

“Um conceito de opinião pública que seja historicamente repleto de sentido, suficiente em termos normativos para as exigências da constituição social-democrática, teoricamente claro e empiricamente aplicável, só pode ser ganho a partir da dimensão do seu desenvolvimento. O conflito entre ambas as figuras da publicidade/”publicidade”, do qual a esfera pública está hoje impregnada, precisa ser levado a sério enquanto termómetro de um processo de democratização na sociedade industrial organizada como social-democrática” (Habermas, 1989: 283).

CAPÍTULO II - O PARADIGMA DO JORNALISMO DE DESENVOLVIMENTO

2.1 - Conceitos iniciais de jornalismo de desenvolvimento

A atividade de jornalismo consiste na divulgação de informações de formas a informar e formar o público a partir de diversas formas de abordagens dos meios de comunicação social, assim como de seus profissionais. Para esse exercício, mesmo sendo muito diferente nos meios de comunicação social, essa atividade como acontece em diversos países ou nações, as normas dessa prática são, no entanto, universais, pois, como se sabe todos seguem uma mesma linha do que é a produção de notícias segundo as regras jornalísticas. O jornalismo é “um instrumento destinado a motivar e persuadir as pessoas e a produzir uma resposta positiva às ideias de desenvolvimento, mas ao mesmo tempo se espera que os jornalistas cultivem o contato com o público em geral para que este possa conhecer e tomar consciência de suas necessidades” (Sinha, 1986, apud Kunczik, 2002: 133).

Neste contexto, ao dissertarmos sobre jornalismo de desenvolvimento percorremos o livro de Michael Kunckik, “Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação”, publicado no ano de (2002), em que percebemos as diferentes formas de jornalismo apresentadas por Nora Quebral e as reflexões feitas pelo autor, assim como as definições que sustentam essa terminologia a respeito dos desdobramentos jornalísticos em vários países da África e Ásia em busca de um desenvolvimento para o bem estar das populações (ver anexos B e C).

O termo “jornalismo de desenvolvimento” apareceu pela primeira vez nos meados do ano de 1967, para definir uma visão do jornalismo segundo a qual “a reportagem dos eventos de importância nacional e internacional deveria ser construtiva, no sentido de contribuir positivamente para o desenvolvimento do país em questão. Não deveria concentrar-se principalmente nas notícias diárias, mas nos processos de desenvolvimento em longo prazo. Considera-se que os modelos de jornalismo ocidental não são transferíveis para os países em desenvolvimento” (Kunczik, 2002: 131). Ao se analisar o jornalismo de desenvolvimento remetemo-nos ao encontro de muitos autores que dissertam sobre o mesmo. Dessa feita, as abordagens constituem também diversos confrontos e ideias diferentes, às vezes, contraditórias no que é analisado por Nora

Quebral¹⁰ e Kunczik. Por outro lado, Nora Quebral da Universidade de Los Baños¹¹, uma das criadoras do conceito, acha que a missão do jornalismo de desenvolvimento é “a emancipação dos grupos marginais, como os pobres urbanos, os camponeses, as mulheres etc., e ajudá-los ativamente a participar no processo político, o que influenciará ativamente os seus destinos”. A autora adianta ainda que o jornalismo de desenvolvimento supõe que o desenvolvimento é “um objetivo positivo e desejável, e que os meios de comunicação de massa podem fazer muito para fomentá-lo” (Kunczik, 2002).

Por isso, a problemática do jornalismo de desenvolvimento pertence ao contexto do empenho dos autores dos países em desenvolvimento no sentido de cortar o cordão umbilical com a ciência da comunicação do Ocidente¹². Nora Quebral (1973: 25) dá uma definição muito mais justa da comunicação de desenvolvimento, como “a arte e a ciência da comunicação humana aplicada à rápida transformação de um país de estado de pobreza a uma condição dinâmica de crescimento económico que possibilite maior equidade económica e social e maior realização do potencial humano”. No entendimento de Kunczik (2002) o jornalismo de desenvolvimento é definido como o “desdobramento dos meios de comunicação durante certo período em uma área específica a fim de agilizar ou melhorar a execução de um projeto em particular e seu propósito de informar e motivar as pessoas para a área que afeta o projeto”. Além disso, muitos autores acham que o jornalismo de desenvolvimento é “também um instrumento que permite alcançar objetivos políticos específicos, como a modernização ou edificação de uma nação” (Kunczik, 2002: 133). “O jornalismo de desenvolvimento não se converte de modo algum em porta voz do governo, uma vez que não exclui a possibilidade de uma perspectiva investigadora e crítica sobre o período de governação de um determinado governo, principalmente nos países em desenvolvimento onde se registam muitos problemas de corrupção e má governabilidade e o registo de um estado de pobreza acentuado” (Kunczik, 2002).

¹⁰ Cf. Lent (1979), citado por Kunczik (2002:134). A expressão *jornalismo de desenvolvimento* como tal foi criada e introduzida no foro internacional na Universidade Filipina de Los Baños e teve maior impulso na formação da Fundação Jornalística da Ásia, em 1967.

¹¹ Cf. Nora Quebral (1975: 2)

¹² Michael Kuczik (2002: 132): faz referências de (Hussai, 1986) procura-se, ainda que num nível puramente programático, a “islamização” da teoria da comunicação, ou se exige uma teoria da comunicação “asiática” (Chu, 1985), porque não se considera apropriada a teoria da comunicação do Ocidente para explicar o comportamento da comunicação na Ásia.

Existe um amplo consenso de que o jornalismo de desenvolvimento é “o jornalismo que se relaciona com os projetos e os programas lançados em um país economicamente atrasado a fim de oferecer certos níveis mínimos de vida para as pessoas” (Vilaniyam, 1979: 33). Às vezes, a definição que se dá ao termo abrangente “comunicação de desenvolvimento” se amplia para incluir “a disciplina e a prática da comunicação no contexto dos países em desenvolvimento” (Rajasundaram, (1981: 17)). Assim sendo, mesmo com essas abordagens sobre o jornalismo de desenvolvimento, partindo desses autores, a complexidade de definições não se resume como o jornalismo de desenvolvimento. Para tal, Kunczik (2002: 132) atesta que “o entendimento deve partir de uma questão da ética profissional, a todo jornalista que trabalha num país em desenvolvimento se atribui o papel de jornalista de desenvolvimento”. Nesta perspectiva entende-se ainda que o jornalismo também ajude a identificar os objetivos da comunidade, seus heróis e vilões, (Kovach & Rosenstiel, 2004: 31). Em outra definição feita por Kunczik, compreende-se por uma percepção generalista sobre o que é a comunicação, mas parte do entendimento do exercício do jornalismo de desenvolvimento¹³, que para ele é entendido como “a tentativa de aplicar a ciência da comunicação humana à transformação de um país, fazendo com que ele passe da pobreza a um estado dinâmico de crescimento econômico e social e resulte em melhor qualidade de vida” (Kunczik, 2002: 345).

2.2 - O jornalismo de desenvolvimento como fundamento social

O volume de informações que se produz na sociedade tanto pelos meios de comunicação públicos e privados constitui de certa forma a responsabilidade dessa mesma sociedade e, por um lado, de seu próprio público. O jornalismo de desenvolvimento com todas suas regras e obrigações transforma-se neste círculo de responsabilidade sendo fundamental mais fundamental para as transformações das sociedades. Ao mesmo tempo em que a sociedade sofre estas transformações a partir da percepção ativa de seu público, também a responsabilidade da atividade de jornalismo

¹³ Kunczik (2002: 346 - 347). A tarefa do jornalismo de desenvolvimento é oferecer uma mão orientadora para aumentar as possibilidades de participação do mundo; em uma palavra “*dar sentido as coisas*”. Por outro lado, “outra tarefa do jornalismo de desenvolvimento deve ser vista contra pano de fundo do vago conceito de qualidade de vida, e as pessoas não vão ser motivadas somente a esforçar-se por alcançar determinados objetivos, mas os próprios objetivos em si devem ser constantemente revisados e avaliados”.

vai se desenvolvendo com o objetivo de transformar a sociedade para torná-la mais eficiente para todos os membros.

Portanto, esse fundamento social a partir do jornalismo de desenvolvimento pode ser mais bem compreendido em três teorias apresentadas por Kunczik (2002: 137), que consiste nas teorias da “modernização”, “dependência” e “sistemas”. Na primeira teoria, o autor parte da observação feita por Luciann Pye (1963), dissertando que a modernização requereria também “a formação de uma profissão jornalística para propiciar uma análise objetiva e imparcial dos processos políticos e sociais. Isso sugeriu que o desenvolvimento das sociedades industrializadas e modernizadas deve ser convergente”. Por outro lado, ao descrever a teoria da dependência (Kunczik, 2002: 138) postula que nesta teoria, os jornalistas, geralmente, “não divulgariam as informações de uma importância para um país em desenvolvimento. Ou seja, há a omissão das informações para o progresso do desenvolvimento dos cidadãos”. Enquanto isso, na última teoria que denominou como teoria dos sistemas, o autor diz, portanto, em sua visão como a mais adequada para os efeitos sociais do desenvolvimento, pois essa teoria está formada pelo o sistema social, onde “os defensores tratam a comunicação de massa como um subsistema social que interage com outros subsistemas, como a política, a economia, a religião etc” (Kunczik, 2002: 140).

Assim sendo, “a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, de que os jornalistas são imparciais devido ao respeito das normas profissionais e de que asseguram o trabalho de recolher a informação e relatar os fatos, sendo simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento da notícia” (Traquina, 2007: 77). Para Donsbach (1984: 19) ao justificar a relação que pode existir entre a democracia e o jornalismo, categoriza de que “numa sociedade democrática, espera-se que os meios de comunicação de massa reflitam a opinião pública e sirvam de vínculo entre o povo e seu governo”.

2.3 - As diferentes concepções de jornalismo de desenvolvimento

Para Luhmann, citado por Esteves (2009:182), “os estudantes são considerados como pessoas imaturas e, por esta razão, não são tomados a sério como emissores de comunicações”. O significado político de tais grupos parece, por conseguinte, ser sintomático de uma política subdesenvolvida, na medida em que a comunicação política não atingiu ainda aquele grau de complexidade que seria necessário para uma adaptação

constante ao nível de desenvolvimento da sociedade dos nossos dias.

Kunczik (2002: 143) ao refletir sobre as diferentes abordagens de jornalismo de desenvolvimento chega a concluir que o mesmo apresenta muitas variantes na África e Ásia. Em contrapartida disso, mencionamos as três variantes para se compreender como muitas nações praticam o jornalismo de desenvolvimento: a desprofissionalização, a variante chinesa e a variante intelectual. Em cada uma, o autor faz um argumento de como o jornalismo de desenvolvimento é praticado no desdobramento dos acontecimentos. Para tal, partimos com a enumeração do jornalismo de desenvolvimento de desprofissionalização que é exercido a partir de um contexto da discussão do imperialismo cultural, Cees Hamelin, em *cultural Autonomy in Global Communication (A Autonomia Cultural na Comunicação Global, 1983)*, reivindicou uma política de dissociação cultural. Insistiu na descentralização dos meios de comunicação e na participação da população inteira no sistema, para impedir seu controle ou manipulação pelos comunicadores profissionais. Segundo Hamelink, “o jornalismo de desenvolvimento requer a desprofissionalização completa”. Em sua opinião, “a descentralização é feita com que as pessoas comuns percebessem sua contribuição como serviço ao público, ou seja, o jornalismo já não existiria como uma profissão por direito próprio” (idem).

A variante chinesa do jornalismo de desenvolvimento¹⁴ como uma das mais complexas na percepção deste modelo de jornalismo tem sua base no governo chinês, ou seja, a direção do partido comunista da China apoia-se deste modelo para governar.

Assim sendo, de acordo com Kunczik (2002: 144) “em 14 de maio de 1985, Xinhua, o serviço inglês da agência chinesa de notícias, publicou um discurso, “sobre a Natureza do Jornalismo e Contaminação Espiritual”, apresentado em 8 de fevereiro de 1985 numa reunião da Secretaria do comitê Central do Partido Comunista da China, pelo então secretário-geral, Hu Yaobang (o discurso havia sido publicado um mês antes no diário do Povo). No discurso, Hu Yaobang mencionou que havia na China trezentos mil jornalistas. Segundo o transcrito, Hu disse: “O jornalismo do Partido é a voz do Partido, e naturalmente essa voz é a do governo do povo, que é dirigido pelo Partido, e também é a voz das próprias pessoas”. Era uma “espécie de vínculo e ponte que une o partido com as massas”, continuou, “e também um instrumento para transmitir informação entre pessoas, dentro e fora do partido e dentro e fora do país”. Para que o

¹⁴ Cf. Kunczik, 2002: 145.

jornalismo do Partido possa cumprir a contento seu papel de voz do Partido, tinha que transmitir a informação “dos níveis superiores para baixo e dos níveis inferiores para cima”. Este jornalismo, disse Hu, deve ser veraz, oportuno “mais interessante e instrutivo”. Assim como na maioria dos outros conceitos que se superam para o jornalismo, Hu exigiu que tivesse um acentuado caráter de classe, “que trabalhe vigorosamente pela prosperidade do estado e do povo e que empregue um enfoque científico para coligir os factos que aconteciam na China”:

“Nossos jornais devem dedicar 80% do espaço para reportagens de coisas e realizações positivas e utilizar 20% restantes de seu espaço para criticar o aspecto degradado das coisas e descobrir nossos defeitos. Isso não somente estará de acordo com a realidade de nossa sociedade, mas também promoverá a integridade do Partido” (Kunczik, 2002: 145).

Já em última instância, as investigações de (Kunczik, 2002:1 47) apontam como sendo a variante intelectual a que mais se encaminha no modelo de jornalismo de desenvolvimento. Para o autor, esta terceira variante do jornalismo de desenvolvimento “funda-se na discussão anglo-americana, identificando-se melhor sob a designação “sociedade radical”. “O livro de Howard e Klare, cujo título *The unknown Dimension*”¹⁵ (A Dimensão desconhecida, Nova York, 1972), segundo Kunczk explica melhor a importância da variante intelectual no contributo do jornalismo de desenvolvimento. Na mesma linha de pesquisa (Kunczik, 2002: 148), apoia-se nas reflexões e abordagens de Chin Chua Lee (1984), que de certa forma, refere-se ao jornalismo de desenvolvimento intelectual como “uma forma de jornalismo alternativa, na qual os jornalistas devem ser uma espécie de classe intelectual não comprometida socialmente no sentido de Karl Mannheim, alheia às convulsões sociais”. Seu trabalho consiste em questionar e resolver os objetivos do desenvolvimento nacional. Esses objetivos são a integração política, o desenvolvimento sócio-económico e a identidade cultural. Por meio desse discurso racional, “a classe intelectual dos jornalistas deve fazer uma síntese entre a tradição e o modernismo e definir uma opção prática entre os ideais perseguidos e realmente alcançável” (Kunczik, 2002).

Em contrapartida da variante chinesa (cf. Kunczik, 2002: 347) diz que “os Estados onde os meios de comunicação de massa difundem a imagem de uma vasta harmonia de interesses são sempre Estados autoritários em que se suprimem as opiniões discordantes

¹⁵ Cf. Kunczik (2002: 147).

das do governo”.

Sendo assim, esses jornalistas de desenvolvimento intelectual possuiriam aparentemente uma autoridade funcional protegida que os liberta do controle leigo. Sua atividade deve ser não só racional quando ao propósito, mas também eticamente responsável, já que eles aceitam a responsabilidade pelas consequências intencionais ou não de seu trabalho e devem comportar-se de acordo com essa postura. O público seria, então, toda a sociedade. O jornalismo de desenvolvimento intelectual seria uma síntese de todos os tipos de jornalismo: o objetivo, o científico, o defensor, o pedagógico, o inovador, o cultural, o desportivo, o investigativo, o internacional e ainda literário, como a “semente vanguardista de ideias” (Kunczik, 2002: 149). Em outra percepção, mais sociológica, Érik Neveu (2005: 55) autor da obra *Sociologia do Jornalismo*, escreve que “a competência de todo o jornalista manifesta-se e constrói-se no seio das limitações impostas por uma estrutura de interdependências com hierarquia, os colegas, as fontes, e que nenhum devaneio sobre a liberdade do sujeito pode dissipar num passe de mágica”.

2.4 - Algumas experiências do jornalismo de desenvolvimento nos estados africanos

Em África, o jornalismo de desenvolvimento foi muito importante para algumas nações tendo como principal desdobramento na conquista de independências em alguns Estados que deixaram de ser colonizados pelas potências europeias daquele tempo, conquistando assim a liberdade de suas identidades. Neste caso, segundo as investigações postuladas por Kunczik (2002: 134) “esse tipo de jornalismo que emergiu na África, durante os anos 1960, as imagens da tarefa do jornalismo nos países em desenvolvimento evoluíram”. Nesse processo, “desempenharam um papel especial os ex-jornalistas que se converteram em líderes dos novos Estados independentes como Kwame Nkrumah, de Gana, fundador e editor do Accra Evening News; Nnandi Azikiwe, da Nigéria, fundador do West African Pilot; Jomo Kenyatta, do Quênia, fundador e editor do jornal Kikuyo, que teve influência durante a luta pela independência; e Julius Nyerere, da Tanzânia, editor do Uhuru, o jornal do partido da TANU”.

Nas palavras do mesmo autor, “deu-se muita ênfase à importância do jornalismo na formação de identidades nacionais e na superação das estruturas tribais e do individualismo”. Segundo o autor, o jornalismo “deveria promover uma coesão

nacional”. Ou seja, muito diferente do que se vê e diferentemente daquilo a que se assiste hoje em África, o jornalismo de desenvolvimento não atinge o seu papel de formador dos cidadãos como era. A ausência de jornalistas com a especificidade “*jornalistas de desenvolvimento*” como muitos autores abordam ficou muito longe das percepções dos mesmos autores: a isto se deve a fraca intelectualidade e formação dos jornalistas atuais, dada a censura que é muito patente nas nações recentes, principalmente as que se libertaram do jugo do colonialismo na década de 70. As denúncias sobre a corrupção não fazem parte da agenda de serviços jornalísticos em muitos desses países. No último capítulo desse trabalho, falaremos a respeito do jornalismo praticado em Angola.

Por conseguinte, o jornalismo de desenvolvimento deverá estar vinculado ao conceito de desenvolvimento e a não apenas significar a transição da pobreza para a prosperidade material, mas implica também a dignidade humana, segurança, justiça e igualdade. Muitos teóricos da modernização consideram que “um requisito indispensável para a construção bem-sucedida desse desenvolvimento é a eliminação das desigualdades sociais internas” (Kunczik, 2002: 135). Para tal, ao analisar as diferentes formas de jornalismo e como será descrito naquilo que pode ou não ser ideal para o auxílio de uma sociedade de bem estar o autor é categórico em explicar que não “é jornalismo de desenvolvimento a reportagem meramente afirmativa e encomiástica que enaltece de forma ritual os supostos êxitos dos detentores do poder” (Kunczik, 2002: 340).

CAPÍTULO III- OPÇÕES METODOLÓGICAS

Esta dissertação pretende averiguar a presença e eventual impacto do Jornalismo de Desenvolvimento na Construção da Democracia em Angola. Neste sentido, a pergunta de partida na base deste trabalho é a seguinte: está à produção de notícias nos media, tanto públicos como privados, a contribuir para a democracia no país, no sentido do aumento do bem-estar da população, em virtude de cumprir os pressupostos e requisitos fundamentais do jornalismo de Desenvolvimento? Como hipótese de resposta a esta pergunta propomos que não, ou seja, que não se verifica o cumprimento desses pressupostos.

Para verificar a hipótese de resposta colocada à pergunta de partida considerámos fazer mais sentido optar por métodos qualitativos, designadamente inquéritos por entrevista, que permitissem o acesso à opinião dos indivíduos relativamente ao exercício do jornalismo ao papel que desempenha junto da opinião pública, e à forma como seleciona e trabalha os temas noticiosos. Para tal, os dados recolhidos por um inquérito por questionário, constatamos um número de respostas de carácter significativo para o nosso trabalho sem precisarmos fazer uma comparação entre as respostas fornecidas pelos entrevistados (Quivy & Campenhondt, 2005: 93). Na mesma linha de pensamento, os mesmos autores sustentam que “tomadas em si mesmas, as respostas de cada indivíduo particular podem, no entanto, ser consultadas para constituírem uma seleção de entrevistados típicos com vista a análises posteriores mais aprofundadas”.

Agora resumimos tudo que diz respeito às entrevistas começando por dizer que as mesmas tiveram início desde junho de 2010 até dezembro de 2014, enquanto que, no espaço de um ano, que compreende de dezembro de 2013 a dezembro de 2014, aconteceu a recolha de informações com diversas fontes. As fontes foram contatadas a partir nas províncias do Huambo, Kuanza-Norte, Kuanza-Sul e Luanda, sendo que esta¹⁶ com maior número de elementos entrevistados por ser a capital de Angola, e concentrar a localização dos meios de comunicação social, universidades públicas e privadas, partidos políticos, ou seja, nela está toda gestão administrativa do país. Ficaram de fora as províncias da Huíla e Benguela, onde não fomos, devido às situações de tempo, pois são províncias consideradas como as que têm mais habitantes intelectuais depois de Luanda e Huambo e defendem posições de carácter democrático

¹⁶ Trata-se da província de Luanda, onde encontramos mais fontes em diversos ciclos sociais.

pelo maior número de manifestações que já organizaram contra os governantes locais, principalmente nas áreas de educação e habitação.

A informação cuja recolha se pretendia foi procurada junto de diversos perfis considerados representativos da população angolana, designadamente advogados, professores universitários, estudantes, agentes religiosos, sociólogos e militantes políticos. Foi inquirido trinta e oito individualidades, presencialmente e via-email, tendo sido obtida vinte respostas de quatro professores (três universitários e um do ensino médio), três jornalistas, cinco estudantes universitários, três militantes de partidos políticos (UNITA), quatro advogados e um agente religioso. Assim, descrevemos o perfil dos mesmos em termos de nome e profissão: Norberto dos Santos, professor, Virgílio José Camana, professor, Jelson Belmiro Pinheiro Neto, professor, Henrique Adão Manuel, professor, Emanuel Acácio Malaquias, jornalista, Hélder Caculo, jornalista, André Sibi, jornalista, Kinavuidi Barbosa, estudante e repórter, Armindo Dembo, estudante, Igor Alberto Luciano, estudante, Herineu, estudante, Rui Cavanza, estudante, Alcides Sacala, militante político, Africano Cangombe, militante político, Etena Chindondo Jorge, militante político, Wilma Patrícia Bonito Candumba, advogada, Manuel da Conceição, advogado, Wine Vemba, advogado, Albano Pedro, advogado e José Maria Tchimbili, agente religioso e estudante.

No decorrer deste trabalho, tivemos a ocasião de entrevistar 20 pessoas que aceitaram contribuir com as suas observações sobre o campo da comunicação social, principalmente no que diz respeito com o campo de jornalismo, liberdade de imprensa e o processo da democracia em Angola. São pessoas de vários estratos sociais desde os advogados, professores universitários, estudantes, religiosos, sociólogos e a presença de militantes políticos da UNITA, embora outros não aceitaram ser entrevistados como podemos ver mais adiante. Por conseguinte, 18 profissionais também de vários campos do conhecimento que foram contactados durante o período de entrevista não atenderam ao nosso pedido, o que totaliza um número de 38 pessoas que deveriam participar deste trabalho sobre o tema que levamos a cabo. Foram também analisados conteúdos jornalísticos no Jornal de Angola, Semanários, rádios, TVs, sites como o Maka de Angola e Clube K e a rede social do Facebook.

Encontrou-se dificuldade na fase de entrevistas, visto que um número de 18 pessoas não responderam as solicitações feitas de forma presente, por chamadas telefónicas, e-mails e através da rede social do Facebook. São os casos de Raul Dantas, Presidente da Bancada da UNITA, na Assembleia Nacional, Adalberto Costa Júnior,

Vice-Presidente da Bancada Parlamentar do mesmo partido, Francisco Marcolino Nhany, Secretário da Organização do Partido (UNITA), Jesuíno Manuel da Silva, Primeiro Secretário Provincial de Luanda, do MPLA, a direção do partido da FNLA, que foi solicitada durante os meses de julho e agosto, tendo recebido o questionário de perguntas de forma presencial e por e-mail, mas até o fecho deste trabalho não respondeu, além de solicitações feitas por via telefónica (de Lisboa para Luanda) nos meses de outubro e novembro, assim como aos militantes do PRS e CASA-CE que também não aceitaram dar entrevistas e responder as solicitações feitas por e-mail.

Foram contactados profissionais dos meios de Comunicação Social e professores que não responderam ao questionário enviado e solicitações para entrevistas presenciais como o Cláudio Alfredo Bango, formado em Comunicação Social Cinema e TV, Manuela Prazeres, do jornal Terra Angolana, Willian Tonett, Diretor do Semanário Folha &, Salas Neto, Diretor do Semanário Angolense, José Caliengue, Diretor do Semanário O País, Isidoro Sanhanga, Subdiretor de Programas da Televisão Pública de Angola, Reginaldo Silva, comentador de assuntos políticos da Rádio Eclésia, Luisa Rogério, Presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas de Angola, Rui Taca Dambi, Professor Universitário e Sub-coordenador de Programas de Debates da TPA, Gabriel Tchingajo, professor do Curso de Comunicação Social, do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Agostinho Neto, Supriano Dembi, Chefe do Departamento de Comunicação Social, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto e José Paulo, Padre da Diocese de Luanda, jornalista da Rádio Eclésia e professor do Curso de Comunicação social da FCS, da UAN, Rafael Marques, jornalista e responsável do site Maka de Angola, Lourenço Bento, Assessor de Comunicação e Imagem do Presidente da UNITA.

Também lamentamos a falta de respostas dos membros ou representantes do MPLA, FNLA, PRS, Marcolino Moco e de alguns advogados que foram contactados durante o período de entrevista e através da Rede Social do Facebook. Na rede social do Facebook, foi possível recolher alguns depoimentos do jornalista Salas Neto, quando foi entrevistado pelo programa “Angola Fala Só”, da Rádio Voz da América e respondeu algumas questões sobre a liberdade de imprensa e a censura que se regista em Angola, embora como já foi dito anteriormente, ele não respondeu sobre a participação ao presente trabalho de investigação por intermédio do questionário de entrevista.

Para este processo de recolha de dados, recorreremos nas apresentações postuladas por Ragin (1994: 19) que enaltece de que “o jornalista deve escrever e agendar notícias

que acontecem na sociedade, que representam a vida social, na maioria das vezes que consiste com a atualidade e realidade local, mas também escrever histórias que oferecem perspectivas históricas e interpretações em profundidade”. O mesmo autor sugere também que é missão do jornalista abordar as principais tendências e problemas sociais e não apenas as notícias do dia, e, às vezes, esses relatos são muito semelhantes aos relatórios de cientistas sócias como tópicos de pesquisas, por vezes, a ênfase da abordagem qualitativa pode apresentar os dados dos entrevistados numa abordagem de profundidade de modos a analisar as informações apresentadas pelos indivíduos de uma organização ou em grupos de pessoas (Ragin, 1994: 83). Em relação ao trabalho de recolha de dados, precisamente para esta dissertação que está centrada por base de entrevista por inquérito de entrevista, atesta-se que o “investigador já não se confronta só com os indivíduos, mas com um meio e com grupos diversos que fornecem informações diversas que reagem uns com outros a partir das informações recolhidas que contribuem para a consolidação da investigação (Albarello, et al, 1995: 107).

Atesta-se que, muito dos casos em que as pessoas solicitadas não atendem ao pedido deve-se, por um lado, ao tema em estudo que não é conhecido por boa parte dos especialistas e elementos que atuam na comunicação social, visto ser um tema novo para a esfera social do país e, em última instância, centra-se neste caso como algo polémico para as diferentes estruturas do país, sendo assim, para não serem vistos como sujeitos que criticam a política do Estado, sobretudo dos membros do MPLA, devido às ameaças de perseguições que podem originar a morte como já aconteceu com alguns jornalistas e militantes da oposição.

Embora com essas dificuldades apresentadas, fomos possíveis realizar o trabalho de recolha de informações com os indivíduos que aceitaram e responderam ao questionário apresentado e as entrevistas feitas de forma presencial e por email.

CAPÍTULO IV- O JORNALISMO DE DESENVOLVIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA EM ANGOLA

4.1- Os meios de comunicação social e a informação noticiosa

Em Angola, os meios de comunicação apresentam-se como necessários para o projeto de produção das informações e de entretenimento. Este processo mesmo depois da independência, deste período encontrou entrave. Desenvolvidos no país no final do século XIX, primeiro dada a influência colonial portuguesa terminada somente em 75, e depois dada a situação de guerra civil envolvendo os dois movimentos políticos que lutaram para a libertação do país, entre estes, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA). Os meios de comunicação social do país tornaram-se imprescindíveis ao nível da produção de informação e de entretenimento. Na realidade, todo o desenvolvimento do país é impedido, pois as atenções estavam viradas para a guerra que se prolongava entre os dois partidos, ou seja, o MPLA que defendia uma posição de Estado, enquanto que a UNITA defendia uma posição de libertação do Sul do país. Enquanto a guerra durava, pelo que o setor da comunicação social vivia dos meios de comunicação que já existiam depois da independência sem nenhuma evolução técnica e de quadros.

A década de 90 é fundamental para a comunicação social: se antes o país tinha como veículos de comunicação social o Jornal de Angola, Rádio Nacional de Angola, Agência de Notícias e a Televisão Pública de Angola, com o processo de Paz dos anos de 1990, surgiram então os semanários Folha &, Comércio de Atualidade, Imparcial, Agora e Angolense, as rádios Luanda Antena Comercial, Rádio Luanda e Rádio Morena (na província de Benguela)¹⁷, assim como o retorno da Rádio Eclésia que ficou inativa durante muito tempo. Durante um breve período, os meios de comunicação social ganharam um novo olhar sobre a sociedade e os cidadãos conseguiram ter a liberdade de escolher o material informativo a consumir.

Com isso, a imagem do jornalismo evoluiu, processo no qual a sociedade em si, mesmo com as limitações em termos de busca de informação já começou a produzir notícias com eficácia em vários ângulos e abordagens, a partir dos meios de

¹⁷ Considerada como a primeira rádio que não pertence ao Grupo Rádio Nacional de Angola e também a primeira fora do ciclo de Luanda.

comunicação públicos (que pertencem ao Estado) e privados em algumas partes do país¹⁸.

Na realidade, todo o setor privado da comunicação começa a ganhar espaço em termos de interesses dos leitores, pois pelo que, as informações são mais fundamentadas em termos de abordagem jornalística, enquanto que a imprensa pública não traz uma visão sólida dos factos que acontecem na sociedade. Mas, pelo que, o retorno da UNITA a guerra atrasa o desenvolvimento do setor da comunicação social e não só.

O fim da guerra em 2002, com a morte de Jonas Malheiro Savimbi¹⁹, permite outro modelo de política e as duas forças envolvidas na guerra unificam-se as Forças Armadas de Angola (FAA). Durante um breve período e com ele um novo olhar sobre a sociedade angolana conhece uma transformação social de iniciativa privada que obtiveram alguma vantagem em termos de produção e a maneira de informar o público. E, com ela novos meios de comunicação vão surgindo onde os meios de comunicação que já havia vão se desenvolvendo com a responsabilidade de informar com eficácia. A comunicação social de iniciativa privada ganha o primeiro grupo mediático denominado como Media Nova, composto por serviços de Imprensa (semanário O País, o Económico) a rádio Mais, e a TV Zimbo.

Suzete Alfredo (2014: 45) sustenta que “a esperança do público era de que o grupo trouxesse uma nova filosofia de se fazer jornalismo em relação do que se assistia dos media públicos ou estatal”. Por outro lado, surgem também nesta primeira década do século XXI vários semanários e revistas como Vida, Caras, Continente, rádios como a Rádio Kairós, Sites de Internet como o Angonóticias, Club Kapa, Maka de Angola produzido fora de Angola. Segue-se também a abertura de Rádios Comunitárias pelo Governo, porém, as informações e linha editorial das mesmas não cumprem os pressupostos de Rádio Comunitária ou mesmo com esses meios de comunicação social, a informação produzida pelos meios públicos tem um direcionamento pró-governamental, dando origem à censura que ocupa um lugar primordial.

Os factos marcantes e de relevância social não são colocados para o consumo público e, por outro lado, a comunicação privada também encontra restrições no seu papel de informar, embora a sociedade angolana conheça uma transformação

¹⁸ Cf. Matumona, Muanamosi (2002: 35), Jornalismo Angolano: história, desafios e expectativas, Uíge, SEDIPU.

¹⁹ Jonas Malheiro Savimbi, líder e fundador da UNITA e liderou a guerrilha contra o governo angolano desde 1976 – 2002.

significativa junto das fontes ligadas ao governo.

A comunicação social de iniciativa privada, relativamente a este período, o jornalista Emanuel Acácio Malaquias²⁰ observa que o semanário “Folha & que faz parte da media privada é o único entre os veículos da imprensa escrita que produz um jornalismo completamente imparcial, enquanto que outros o fazem de forma semi-imparcial”. Ele observa ainda;

“A ausência de elementos políticos alinhados ao governo que não aceitam interagir com a rádio Despertar quando assim são convocados constitui um problema para a liberdade de imprensa no país. Enquanto que, a Rádio (a Rádio Mais, a Eclésia, a Lac e a Morena) e de Televisão (a TV Zimbo) registam presença de alguns membros do governo constituindo assim uma interação social”.

4.2- O papel dos meios de comunicação e o público após a independência

Se a função principal dos meios de comunicação social é informar e formar a sociedade com responsabilidade social como acontece em muitos países que têm a comunicação como fundamental para a discussão de ideias e dos problemas, em Angola esse pressuposto parece cada vez mais difícil se partirmos das reflexões dos autores sociais que analisam a comunicação em Angola. Segundo Matumona (2002: 53) analisa que “a multiplicidade das opções possíveis desperta a imaginação criadora , onde os meios de comunicação do país ainda encontram restrições no seu dever de informar embora com os caminhos que se abrem para a liberdade de imprensa através da Constituição da República desde 1991”.

Mas, na avaliação de agentes sociais consideram que a comunicação social em Angola ainda apresenta dificuldades para responder a sua responsabilidade como fundamento de informar e formar o público. Neste sentido, o sociólogo Henrique Adão Manuel²¹ sendo estes últimos que o estado da comunicação pública em Angola, “não serve o interesse público no seu modo geral, na medida em que se contextualiza que a comunicação social é praticada pelos elementos que estão no poder, devido a represálias, visto que o papel do estado tem sido um risco para o desenvolvimento da

²⁰ Emanuel Acácio Malaquias é formado na área de Jornalismo pelo Instituto Político de Lisboa, atualmente é Diretor da Rádio Despertar em Angola.

²¹ Henrique Adão Manuel, Sociólogo, formado na Universidade Agostinho Neto, desde 2008. Entrevistado aos 12.06.2014.

comunicação social”. O sociólogo acrescenta ainda que “existem omissões e manipulações contra a comunicação social”. Por conseguinte, o sociólogo Virgílio Camana espera que a comunicação social “seja a mais inclusiva possível, tanto dos meios públicos e privados, seus profissionais que atuam nesta área, a escolha e seleção de informações, o planejamento de discussões em programas de rádio, TV e o espaço em jornais e revistas para responder as exigências de uma esfera pública acentuada na responsabilidade de participação dos cidadãos”. Este pressuposto pode ser relacionado no que diz Habermas de que “mesmo a esfera pública instituída constitucionalmente no Parlamento enquanto órgão do estado continua consciente de sua origem a partir do intercâmbio privado e autônomo do público. Também o direito de participação, é a consequência, automática do intercâmbio privado na esfera pública assegurada por exclusão” (Habermas, 1989: 261).

Analisando o papel dos meios de comunicação no período pós-independência dos cidadãos angolanos, mas que apresentam a própria realidade do país: tanto por profissionais, estudantes e/ou de público em geral cumprem. Assim sendo, o estado da comunicação social angolana apresenta-se em dois planos: a comunicação social pública e privada. Para ele, “na comunicação privada também temos dois fatores ou blocos, sendo o primeiro que é realmente independente e o outro que é um conglomerado, ou seja, empresas que compraram títulos de jornais, televisão e rádio, mas estão alinhados com o regime vigente em Angola”. Comunicação pública “é direcionada, regida de forma a relevar as ações do governo e não há espaço para o contraditório, assim como das notícias que não sejam favoráveis ao governo e de toda estrutura que gira sobre este”.

Nesta análise, perante o posicionamento pós-governamental dos meios de comunicação, ainda há discussões sobre os debates junto a Assembleia Nacional de Angola, se os meios de comunicação devem fazer cobertura dos mesmos ou não relativamente a este período para responder a responsabilidade de informar o cidadão. Africano Cangombe²² entende que “os caminhos de comunicação social já estão traçados pela Constituição da República, na lei de imprensa que fala da objetividade, na

²² Africano Cangombe trabalha como professor na Universidade Agostinho Neto, onde leciona a disciplina de Direito Financeiro e na Universidade de Belas, disciplina de Estudos Superior de Arte. Também trabalha como Advogado. Entrevistado em 21 de agosto de 2014.

inserção e no rigor”²³:

“O MPLA é um partido vocacionado pelo incumprimento das leis. Em resumo, nós não precisamos mais de nenhuma lei, pois, a Constituição possui as leis ordinárias. É só a mudança de mentalidade, dos indivíduos que hoje governam o país ou eles abandonam o poder para que haja pessoas que cumpram as leis, deixando que os órgãos de comunicação trabalhem plenamente com as leis existentes de cumprir com os autores já citados”.

Na mesma linha, o advogado Manuel da Conceição afirma que “os meios de comunicação têm assegurado com a responsabilidade o seu dever de informar o público visto que desde a independência e a formação da segunda República em 2002, quando a imprensa privada começou a emergir, ela ajudou a denunciar algumas situações quer de violações dos direitos humanos e de alguns atropelos de direito de verdade, muito embora haja também o jornalismo sensacionalista, mas de maneira geral podemos dizer que a imprensa tem estado com o seu papel na consolidação dos direitos consagrados na Constituição da República”. Para Africano Cangombe, os meios de comunicação privados vão fazendo o que podem com todas as limitações que encontram no exercício e considera “a existência de poucas rádios e jornais para formar o setor da comunicação privado é um dos fatores na responsabilidade de informar com seriedade o público, visto que só temos a Eclésia e a Despertar. A Rádio Karós vai fazendo o que pode, visto que é condicionada para a intervenção política”. Todavia, Cangombe salienta que “as rádios privadas assim como os jornais vão fazendo o que podem e o que é possível, de tal modo que a população se revê nestes meios, de acordo com os seus programas de intervenção, em que as pessoas podem telefonar para perceber de fato que há um espaço de intervenção”. Rui Cavanza, estudante do curso de Língua Portuguesa e Comunicação, adianta que “esse processo não constitui como sendo um problema, mas sim a sua existência seria a solução para a construção da democracia no nosso país”.

Pela primeira vez em 38 anos, a Televisão Pública de Angola e Radio Nacional de Angola apresentaram um programa de debates denominado “**Opinião Pública**”²⁴, onde se discutia os problemas de gestão e de projetos no país. Nele, o público apresentava

²³ Africano Cangombe disse que o grande problema no seio da comunicação social é que o país está a ser governado por indivíduos que não cumprem as leis.

²⁴ Programa produzido na Televisão pública de Angola, no período de maio a agosto de 2012, aos domingos, com duração de três horas, onde participavam repórteres dos demais meios de comunicação públicos e privados, mas não de forma sequencial.

questões aos representantes dos ministérios, secretarias de Estado e governadores de províncias. Mas, de certa forma, o programa era de caráter eleitoral para as eleições de 2012, pois, o mesmo saiu do ar 20 dias antes da realização das eleições do ponto de vista. Entretanto, mesmo sendo um programa de debate, a censura também estava presente, ou seja, as questões de corrupção de alguns governantes apresentadas pelo público por SMS, telefonemas e emails eram excluídas da mesa dos apresentadores e desconhecidas por parte do público é possível encontrar diferenças marcadas, mas que recompõem porque que não foram respondidas durante a apresentação do programa. Para o sociólogo Virgílio Camana, a corrupção é uma situação abrangente e a denúncia de casos pontuais requer provas, e é aí que muitas vezes a imprensa privada tem alguma dificuldade. Virgílio Camana que “com a aprovação de algumas leis pelo executivo, se basearmos na Constituição da República, pensamos se os governantes demonstrarem a vontade política e combater esse mal que tem estado a ruinar muitas sociedades que não depende só do contributo do executivo, mas de todos os cidadãos e o debate em torno da cobertura da atividade da democracia”.

Wime Venda, que já trabalhou como repórter no Jornal de Angola, conhece bem a realidade da atuação dos meios de comunicação social em Angola. Para ele, existe alguma relação entre o público e os meios de comunicação, mesmo não sendo tão acentuada, visto que as pessoas já mostram interesse em selecionar as matérias de diferentes editoriais dos jornais e programas de TV e rádio:

“É quase complicado adiantarmos aqui que o público de um modo geral se revê no jornalismo exercido, depende muito do interesse de cada um, ou seja, é relativo para os diferentes públicos. Hoje, de maneira geral já notamos que o cidadão tem interesse de acompanhar o desenvolvimento das notícias veiculadas pela imprensa privada e pública, porque em sua opinião as notícias tendem a ser mais atrativas e então despertam interesse até mesmo dos leigos que não têm muito interesse nisso, mas se envolvem do que se passa no país e além-fronteira”.

Para José Maria Tchimbili²⁵, “a colaboração com os media tem sido feita, mas é necessário que se trabalhe mais para que exista uma participação salutar, porque nós os jovens, atualmente, por vezes, não conseguimos encontrar o que é necessário para que os nossos anseios, desejos espirituais e sociais tenham solução”, explica o jovem:

²⁵ José Maria Tchimbili é Coordenador da Juventude Católica da Caala, Huambo e estudante do IIº Ano do curso de Física – ISCDE-Huambo.

Para Wilma Candumba²⁶, “o posicionamento da opinião pública em relação a discussão dos temas relevantes do país é feito numa escala, visto que se tem notado que boa parte da população não está melhor informada sobre os assuntos que norteiam a sociedade pese embora o esforço constante do governo e dos meios de comunicação social para inverter o cenário”.

4.3- A programação das informações jornalísticas nos meios de comunicação

A programação das informações jornalísticas nos meios de comunicação social apresenta-se em dois grupos: em primeiro estão o Jornal de Angola, Jornal dos Desportos e Jornal de Economia, a Rádio Nacional de Angola, Rádio Luanda, Luanda Antena Comercial, Rádio Morena, Rádios Regionais do Dondo, Lobito e Soyo, assim como as rádios Cacucaco, Cazenga, Quilengues e Viana, ambas do Grupo Rádio Nacional de Angola: o serviço de TV feito pela Televisão Pública de Angola composto por três canais 1, 2 e o Internacional e por último as informações produzidas pela Agência de Notícias de Angola (Angop). A programação que acontece nestes meios de comunicação segue uma linha editorial própria do Governo, ou seja, do partido que está no poder²⁷ permitindo divulgar as informações que vão de encontro com a política governamental em vigor. Em segundo lugar, vem o Grupo Media Nova: o mesmo segue o perfil e critério dos meios de comunicação social do Estado que faz uma produção de notícias que não atropela a filosofia do poder, visto que os proprietários desse grupo são generais das Forças Armadas Angolanas: Nesta mesma linha, encontramos os meios de comunicação privados formados pelos semanários A Capital, Agora, Continente e Folha &, as rádios Eclésia e Despertar, que mesmo com algumas restrições e pressões do Estado conseguem informar a fundo sobre a realidade dos acontecimentos do país.

Para o Deputado da Bancada da UNITA na Assembleia Nacional Alcides Sacala é que a programação dos meios de comunicação em Angola, em termos de produção e critérios de noticiabilidade apresenta duas dimensões; a primeira “assenta na comunicação privada que procura firmar-se com muita dificuldade que tenta entrar e dar alguns passos, mas sem sucesso, porque encontra limitações e dificuldades na sua ação; a segunda é a imprensa pública nacional que continua excessivamente partidária, atua

²⁶ Wilma Patrícia Bonito Candumba é advogada formada pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Política, da Universidade Gregório Semedo, em Angola. Entrevistada, via e.mail, aos 27 de novembro de 2014.

²⁷ Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

nos moldes de um sistema de partido único”.

Para o sociólogo Jelson Neto, é estranho olhar para a linha editorial destes meios de comunicação afetos a máquina do Estado, onde se percebe que há uma discrepância na produção de conteúdos muito grande.

“Geralmente, a gente vê matérias que seriam capas de jornais em outros países, assuntos a serem tratados como do dia-a-dia, de interesse público e na nossa sociedade onde há todos os dias notícias tão graves e chocantes, que só são retratadas com ênfase por uma parte da mídia privada, enquanto que a mídia pública (a estatal) quase não retrata, visto que, muitas das vezes são casos que envolvem individualidades do Governo. Esse procedimento deixa-me estranho como leitor e analista de fenômenos sociais”.

De iniciativa privada, mas que mimetiza, entretanto, o sociólogo aponta também o caminho que pode ser percorrido, não pelo Estado, mas pelo público para se estabelecer linhas editoriais que respondam deveres e direitos de liberdade de imprensa dos cidadãos e do país. “Acho que é uma questão do público leitor fazer alguma pressão e destronamento, porque os mídia públicos têm uma responsabilidade com a sociedade mediante as informações que são absorvidas”.

No último perfil, Jelson Neto “considera que deveria se respeitar os direitos, a privacidade de imagem, regular o que é certo, talvez fosse o melhor caminho”. Manuel da Conceição salienta que com o tipo de produção que acontece nos mídia público, é por esta razão que as pessoas encontram notícias com eficácia e relevância em jornais privados e emissões das duas rádios privadas. Ou seja, para Conceição “a imprensa privada já conseguiu trazer vários assuntos tais como a intolerância política, as riquezas do país, o racismo nas instituições públicas e privadas, trouxe a tona uma série de assuntos e sem dúvida de uma maneira ou de outra, ajudou as instituições de direito a investigar e saber a veracidade dessas informações que em alguns casos ajudou na descoberta de situações que depois os órgãos de direito tiveram que fazer o seu papel”. Ele defende ainda algumas situações no campo da justiça:

“Há casos de injustiças nos tribunais que são levados ao público por denúncias feitas nos mídia que muitas vezes movem a procuradoria como órgão de justiça do aparelho do estado a averiguar situações que violam os direitos e liberdades estabelecidas na Constituição e dar início a determinados processos que a seu tempo são julgados”.

4.4- O jornalismo na construção da democracia participativa

A atividade do jornalismo na visão do professor Africano Cangombe não ajuda na construção da democracia participativa em Angola, pois, ele apresenta duas razões para esse caso;

“A primeira é que os órgãos pelos quais os jornalistas fazem exercício da profissão estão todos manietados na medida em que depende do secretariado de informação do partido no poder que tratam os órgãos de comunicação como propriedade individual. Por outro lado, há uma classe de jornalistas que hoje já deveria ser considerada como jornalistas séniores, que manifestaram com ideias próprias, mas estes não encontram espaço para essa transição de escalão. A última razão, é de que na classe jornalística entrou muita gente que não apresenta carácter de jornalistas, pois foram postos por interesses partidários e estes por sua vez não fazem nenhum esforço e não têm que fazer porque sustentam a bajulação, bocas de aluguer dizem o que lhes mandam, ou seja, essa prática está tão arreigada nos seus corações que até já não precisam de instruções no que devem transmitir”.

A contribuição dos meios de comunicação no que se refere com a democracia no Estado angolano é uma questão embrionária para ser feita de forma coerente e eficaz. Desta feita, enquanto a comunicação permanecer no domínio dos meios públicos por razões destes possuírem melhores investimentos e recursos materiais, a media privada dificilmente poderá alcançar aquilo que o povo necessita para uma democracia contemplativa dos cidadãos:

Para Armindo Dembo, estudante do curso de Língua Portuguesa e Comunicação da Universidade Metodista de Angola, o mesmo entrevistado disse que o sistema político vigente em Angola não permite as manifestações populares, por isso, dificulta a reivindicação do povo e o processo democrático visto que “as pessoas ficam limitadas em conhecer a realidade do país através dos meios de comunicação, ou seja, as pessoas são entrevistadas e ao falar a verdade, elas não são apresentadas pelos meios de comunicação, ou seja, cortam este ou aquele depoimento, como se não tivesse acontecido”. Já o estudante Igor Alberto Luciano, do mesmo curso e Universidade assegurou que: “a informação nos meios de comunicação em Angola é distorcida por não focar aquilo que é a realidade dos factos, debilitando de certa forma o trabalho”.

Norberto dos Santos²⁸, afirma que “existe em Angola a auto-censura, talvez pelo fator psicológico do pesadelo dos longos anos do conflito armado. O jornalismo pode contribuir para a consolidação da democracia de várias formas. Em primeiro lugar cumprindo o seu papel dentro dos limites consagrados da ética e deontologia profissionais, servindo o interesse público. O jornalismo deve contribuir para que o cidadão esteja melhor informado e assim pode defender os seus direitos, pois um homem bem informado vale por dois”.

4.5- A relação do jornalismo e a política na sociedade angolana

Esta relação enquadra-se por uma divergência de concepções individuais e que ainda não se encontrou uma solução pelos organismos de direitos. O que significa que, na opinião do sociólogo Jelson Neto;

“este problema diverge-se no nosso meio visto que o poder judicial é controlado pelo poder político, sendo assim, não consegue intervir no processo comunicacional e estabelecer uma relação saudável”.

No mesmo sentido, Wime Venda é categórico e afirma que “o problema que se vive em Angola, onde os meios de comunicação social não conseguem passar as informações de maneira concisa, nem sempre é dos elementos do poder, mais sim dos fazedores da informação”.

Emanuel Malaquias²⁹, o mesmo acrescentou em relação a ausência dos profissionais da Rádio Despertar na Assembleia Nacional é um assunto que não é debatido em encontros da sociedade angolana, ou seja, tampouco pela justiça e pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas. A este assunto o jornalista Malaquias assegura que “as coisas estão a melhorar devido à pressão que é feita por parte dos profissionais da Emissora da Rádio Despertar e dos parlamentares da UNITA”. Já o Deputado Alcides Sacala compreende que “a ausência dos repórteres da Rádio Despertar, assim como de

²⁸ Norberto dos Santos, além de professor do Curso de Comunicação Social, do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, é o Diretor da Orion, uma empresa responsável da produção de programas dos trabalhos feitos pelo MPLA, partido que está no Governo.

²⁹ Emanuel Acácio Malaquias resume que o segredo de se fazer uma comunicação social que esteja no padrão da construção da esfera pública está na sociedade. “Enquanto a sociedade for fraca os jornalistas também serão facos”.

outras rádios constituem essencialmente por três razões: as restrições ao jornalismo na medida em que seus profissionais não podem emitir em direito a partir da Assembleia Nacional assim como o posicionamento do partido”. “Nós denunciámos com muita força, depois tivemos que abandonar a sala, por não pactuarmos com essas situações, por isso tem que existir muita vontade política de criarmos uma sociedade nova como é o grande desafio dos países africanos, senão teremos conflitos políticos internos”. Já na opinião do sociólogo Henrique Manuel, “os pilares essenciais da democracia não são tidos em atenção como na RDC, RCA, Líbia, Argélia, Nigéria, Quênia, Somália e Sudão, ou seja, temos uma multiplicidade de problemas”.

Como tal, segundo este deputado, portanto, “se a vontade política estiver ao alcance do executivo angolano podemos fazer melhor para a comunicação, por exemplo, tem se discutido sobre a necessidade da expansão do sinal das rádios privadas (Rádio Eclésia e Despertar). Não obstante, a Rádio Mais criada no ano de 2008 já tem cobertura em todo o país, enquanto que as rádios Eclésia e Despertar que têm tradição de pluralidades suas emissões não foram permitidas para todo o país por falta de vontade política do executivo angolano e também do empenho no processo democrático”;

“Não há vontade para desempenhar a democracia por parte do Estado angolano que também enfrenta a ausência de separação de poder que está centralizada na Cidade Alta e, todavia, é refletido na entidade máxima do país que é o presidente da república. Angola está a seguir um caminho muito errado, temos dito que para nós os africanos, os conflitos, o processo de reconciliação mal conduzido em muitos países, podem ser resumidos em conflitos adiados sem reiterar o seu processo para a paz”.

4.6- A liberdade de imprensa e a deontologia da ética no jornalismo angolano

Os últimos acontecimentos que marcam a falta de liberdade de imprensa em Angola consistem na proibição da circulação da obra literária intitulada “Diamantes de Sangue: Corrupção e Tortura em Angola”, do jornalista Rafael Marques (ver anexo D). A obra apresenta diferentes pontos sobre a violação dos Direitos Universais nas áreas de exploração de diamantes no nordeste do país, assim como o enriquecimento ilícito dos membros do governo e de generais, de tal maneira que o governo angolano proibiu a venda e circulação da mesma em território angolano. Rafael Marque também foi proibido: de pisar o solo angolano e, além disso, um processo crime está no Tribunal

Provincial de Luanda, com julgamento que tivera sido marcado para o mês de março de 2015.

Por outro lado, a população prefere ainda escutar principalmente a Rádio América que emite muitas vezes notícias de cunho e contexto angolano que não passam nos media de Angola. Para Kinavuidi Barbosa³⁰, “a liberdade de imprensa é um assunto em discussão nas várias esferas da sociedade angolana como acontece em Sessões Plenárias no Parlamento, nos órgãos de Comunicação Social através de seus agentes responsáveis, mas ainda não chegou a uma conclusão sobre o assunto e não se tem levado a sério essa discussão acabando por prejudicar o processo da comunicação social em Angola em construir a democracia”.

A liberdade de imprensa é um assunto discutido na Assembleia Nacional pelos deputados que representam os partidos da oposição os quais pressionam o Estado a rever a Lei de Liberdade de Imprensa como consta na Constituição da República. Atualmente, a Constituição da República de Angola garante, de igual modo, a liberdade de expressão e de informação ou de imprensa, conforme a denominação atual, e regulamenta também as formas de exercício e as providências adequadas para prevenir e reprimir os seus abusos segundo os artigos 40^{o31}, 44^{o32} e 45^{o33} da Constituição da República. Partindo desta lei, Alcides Sacala disserta:

“Em termos de matéria de liberdade de imprensa não avançamos nada no nosso país, mesmo nos objetivos democráticos e de direito, a liberdade de comunicação social propagada em 2006 definidas por um conjunto de concepções para cuja divergência até hoje não foi regulamentada, visto que não há muita vontade do executivo angolano para darmos passos concretos ao direito de pluralidade de opinião. A UNITA fez junto do executivo angolano, particularmente os deputados na Assembleia Nacional, de que tomamos algumas iniciativas de pressão que resultaram pequenas concessões. O que temos pretendido é que os debates parlamentares passem em direto, como acontece em qualquer sociedade pacífica como forma de respeito aos leitores que votaram aos

³⁰ Kinavuidi Barbosa é repórter da TV Zimbo, do Grupo Media Nova. Ele frequentou o curso de Comunicação Social – Cinema e Televisão, no Instituto Superior metropolitano e Politécnico de Angola, mas não chegou a concluir o curso.

³¹ Artigo, 40 - Constituição da República, 2010:18, Liberdade de expressão e de informação. Ver também a Constituição de 2011: 18.

³² Artigo, 44 - Constituição da República, 2010: 19, Liberdade de imprensa. Ver também Constituição de 2011: 19.

³³ Artigo, 45 – Direitos de antenas, de resposta e de réplica política, Constituição de 2010: 19, (Cf. o Anexo G).

representantes do povo que estão na Assembleia Nacional”.

Para tanto, as interpretações de Kinavuide Barbosa e de Alcides Sacala estão explícitas no artigo 44º da Constituição da República em quatro pontos determinantes: 1. É garantida a liberdade de expressão, não podendo esta ser sujeita a qualquer censura prévia, nomeadamente de natureza política, ideologia ou artística; 2. O Estado assegura o pluralismo de expressão e garante a diferença de propriedade e a diversidade editorial dos meios de comunicação. 3. O Estado assegura a existência e o funcionamento independente e qualitativamente competitivo de um serviço público de rádio e televisão; 4. A lei estabelece as formas de exercício da liberdade de imprensa.

Wime Venda acredita que “a lei de imprensa faz menção aos aspectos em que o jornalista tem a liberdade de ir às fontes para investigar e informar a sociedade com verdade. Ser impedido de realizar essa tarefa que põe em causa, ou seja, desvaloriza a própria informação transmitida para o público e faz com que o cidadão vê alguma notícia na TV e simplesmente desliga ou lê o título do jornal e não lê a notícia”. Salas Neto, diretor do semanário Angolense, entrevistado no programa “Angola Fala Só”, da Rádio Voz da América, disse a este respeito que “a liberdade de expressão em Angola perdeu muito com esse reforço do poder, já houve mais liberdade do que agora”³⁴ (Ver Anexo G).

³⁴ Conteúdo extraído do Facebook, conta do **Salas Neto**, aos 26 de janeiro de 2015, às 12:45 minutos.

CONCLUSÃO

A discussão sobre o tema apresentado chegou à conclusão de que um exemplo desta situação é relatada por Jelson Neto em que o “Jornalismo de Desenvolvimento na Construção da Democracia em Angola” precisa ser implementado com maior envolvimento de todos os agentes angolanos, de forma a contribuir para a função e ao papel social da comunicação social.

A opinião pública em qualquer sociedade é importante para se aprofundar os caminhos que constituem a democracia de forma mediática, ao jornalismo, na medida em que o projecto só pode ser feito com a abertura de discussões nos diversos espaços da sociedade. O que se observa na sociedade angolana é a ausência de debates nos locais públicos que envolvem os cidadãos, devido à presença de elementos ligados ao governo nos meios de comunicação, como tal, ainda segundo o deputado Alcides Sacala regista-se a censura que acontece nos meios de comunicação do país. Portanto, muitos dos casos levantados no trabalho como a contribuição dos media na construção da democracia em Angola, a liberdade de imprensa e de expressão, assim como a participação dos funcionários da comunicação social e do público em geral ainda não é muito tido em conta, embora uma maioria da população já apresente uma reflexão media a respeito da atuação dos media. Este processo é mais discutido em pequenos grupos de estudantes universitários que indiretamente discutem estes problemas em espaços públicos, mas de forma limitada devido a presença de elementos da polícia com medo de represálias.

Para muitos entrevistados assim como os aspectos de definição conceptual de jornalismo, além disso, na realidade não são encontrados na prática do jornalismo em Angola, que não passam aos anseios da formação de um Estado democrático de bem estar para todos. Assim sendo, muitos entrevistados consideram que é preciso a mudança desse paradigma jornalístico tendo em vista os problemas sociais do país, enquanto que outros consideram que o jornalismo em Angola está num processo de remodelação e que futuramente com ingresso de jornalistas formados na área de comunicação poderá melhorar este processo de comunicar com exatidão.

Portanto, considerando às várias divergências sobre o projeto que, o jornalismo praticado em Angola não é o favorável para responder a demanda do jornalismo de desenvolvimento como responsável de modos a ajudar o país a sair do estado de pobreza que envolve os aspectos em direção ao desenvolvimento sustentável que está

ligado ao Governo e ao bem estar para os indivíduos.

A par disso, acresce que a opinião pública no país não funciona devido à fraca participação dos indivíduos com receio de represálias por parte das forças de segurança do país, fraca responsabilidade dos repórteres e jornalistas em produzirem informações de interesse público, criticando os aspectos de definição conceptual do governo em não contribuir para a vida estável dos cidadãos. O problema de liberdade de imprensa e de comunicação deve ser praticado sem interrupção e obstáculos, de forma a salvaguardar o jornalismo e a democracia para todo angolano.

Por conseguinte, como primeiro trabalho que levanta essa problemática do jornalismo, objetiva-se para a contribuição de futuros investigadores utilizarem para futuras pesquisas na consolidação de busca de informações sobre o jornalismo desenvolvido nos media angolanos. Por outro lado, é a partir destes dados apresentados que também poderemos fazer uso em próximos trabalhos, principalmente para o curso de doutoramento, em que pensamos pesquisar sobre a relação dos media em Angola e o poder público assim como trabalhos de investigação na área de comunicação social, visto que, pouco se conhece sobre os meios de comunicação social no país, além de trabalhos que podem ser feitos em estudos sobre a comunicação em África, principalmente em países onde a liberdade de imprensa não se faz sentir de forma efetiva, nos países de expressão de Língua Portuguesa como Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, além de Brasil e Portugal e países da Europa e EUA com o objetivo de relacionar essa premissa com a realidade angolana e não só.

REFERÊNCIAS

Albarello, Luc e Françoise Digneffe (1995), *Práticas e Métodos de Investigação Científica em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

Alfredo, Maria Suzete de Carvalho (2014), *O Jornalista na Obtenção de informação em Angola*, Luanda, Universidade Metodista de Angola.

Barreiros, José Jorge (2012), *Democracia, Comunicação e Media*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

Bobbio, Norberto (1986), *O Futuro da Democracia. Uma defesa da regra do jogo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Bobbio, Norberto (2007a), *Do fascismo à democracia: os regimes, as ideologias, os personagens e as culturas políticas*. Rio de Janeiro, Elsevier.

Bourdieu, Pierre (1973), *A Opinião Pública não existe*, Naroit, Les Temps Modernes.

Bucci, Eugénio (2000), *Sobre Ética e Imprensa*, São Paulo, Companhia das Letras.

Correia, Fernando (2006), *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*, Lisboa, Caminho.

Donsbach, W. (1982), *Legitimations probleme des Journalismus*, Freiburg, West Germany.

EstevesS, João Pissarra (2009), *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Livros Horizonte.

Habermas, Jürgen (1984), *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro Cambridge.

Habermas, Jürgen (1994a), *Técnica e Ciência como “Ideologia”*, Lisboa, Edições 70.

Habermas, Jürgen (2010b), *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

Karam, Francisco José (1987), *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do Jornalismo*, Porto Alegre, Tchê.

Kovach, Bill e Rosenstiel, Tom (2004), *Os Elementos do Jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o Público exigir*, São Paulo, Geração Editorial.

Kunczik, Michael (2002), *Manual de Comunicação. Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul*, São Paulo, Edusp.

Martin-Barbero, Jesús (2008), *Dos Meios às Mediações. Comunicação, Cultura e Hegemonia*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

McQuail, Denis (1997), *Audience Analyses*, California, SAGE Publications.

Mutomona, Muanamosi (2002), *Jornalismo Angolano: história, desafios e perspectivas*, Uíge, SEDIPU.

Neveu, Érik (2005), *Sociologia do Jornalismo*, Lisboa, Porto Editora.

Santos, João de Almeida (2012), *Media e Poder: O Poder Mediático e a Erosão da Democracia representativa*. Lisboa, Nova Vega e Autor.

Quitvy, Raymond & Compenhondt (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gravida.

Ragin, Charles C. (1994), *Constructing Social Research*, California, Pine Forge Press.

Silverstone, Roger (1999), *Por que estudar a Mídia?* São Paulo, Edições Loyola.

Thompson, John B., (2011), *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social crítica na era dos meios de comunicação de massa*, Petrópolis, RJ, Vozes.

Thompson, Roger (2014a), *A Mídia e a Modernidade: Uma teoria social da mídia*, Petrópolis, RJ, Vozes.

Traquina, Nelson (2007), *O que é Jornalismo*, Quimera.

Sites:

www.mcs.ao. Acessado em 2014.

www.ClubeK.ao. Acessado no período de janeiro de 2012 a julho de 2014.

www.maka.com. Acessado no período de novembro a dezembro de 2014.

www.angonoticias.ao. Acessado desde 20011 a 2014.

www.rna.ao . Acessado desde 2010 até janeiro de 2015.

www.angop.ao. Acessado desde 2011 até janeiro de 2015.

www.ja.ao . Acessado de 2012 a 2014.

www.tpa.ao. Acessado desde 2010 até janeiro de 2015.

www.tvzimbo.ao. Acessado em dezembro de 2015.

www.facebook.com. Acessado desde 2010 até janeiro de 2015.

ANEXOS

**A) QUESTIONÁRIO DIRECIONADO DE ENTREVISTAS PARA A
DISSERTAÇÃO**

O PARADIGMA DO JORNALISMO DE DESENVOLVIMENTO NA
CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA EM ANGOLA

1. Será que a actividade do Jornalismo de Desenvolvimento tem contribuído para a construção de uma democracia participativa em Angola?
2. Como os media podem contribuir para a consolidação da democracia em Angola?
3. Quais são as formas que podem ser aplicadas para os media participar, e que caminhos devem ser traçados?
4. Qual é a forma de participação mais adequada para que os agentes da sociedade participem na esfera pública?
5. Como está o posicionamento da opinião pública em relação a discussão dos temas relevantes do país?
6. Qual é o entendimento da sociedade a respeito dos media e da democracia?

QUESTÕES APLICADAS DE FORMA PRESENCIAL NO SISTEMA DE “*POVO FALA*” OU *PING PONGUE*”

7. A atuação dos media em Angola tem contribuído para a construção de uma democracia estável?
8. Quais são os aspectos que mais marcantes que demonstram esta contribuição para a democracia em Angola?
9. A imprensa pública, visto que os media em Angola praticamente é dominada ou está cristalizada pelo Jornal de Angola, a TPA, a RNA e Angop. A atuação destes órgãos cumpre com a Lei de Imprensa que consta na Constituição da República?
10. A Opinião Pública que observamos em muitos países, onde há discussão dos temas relevantes da democracia e os deveres da imprensa, como funciona em Angola?
11. A corrupção – problemas do governo que não são debatidos em fóruns, isso não atrapalha a democracia?
12. Os profissionais dos meios de comunicação privados encontram dificuldades de falarem com as fontes públicas. Qual é a tua percepção sobre isso como ex-repórter, advogado e cidadão?

13. Qual é a avaliação que se faz sobre a investigação jornalística nos meios de comunicação social?
14. A censura que acontece na imprensa privada, qual é a sua reflexão?
15. A população participa e se revê juntos dos meios de comunicação através das informações produzidas?
16. A esfera pública em Angola está bem representada?
17. Qual é a tua visão sobre os professores no Cuanza Norte que realizaram uma manifestação pedindo melhores condições salariais?
18. Gostaria saber se o jornalismo praticado no nosso país tem contribuído para a democracia estável, onde todos têm os mesmos direitos e deveres?
19. Na tua reflexão, quais seriam os caminhos que devem ser adotados pela comunicação social, a opinião pública e as pessoas fossem buscar para que a democracia fosse representada a partir dos meios de comunicação?
20. Em termos de participação, qual seria a forma da população participar em fóruns de discussão de opinião pública tendo como objetivo o modelo de democracia participativa e representativa em Angola?

RAFAEL MARQUES CONTINUA A SER ALVO PREFERENCIAL DOS GENERAIS

Sete generais e uma empresa mineira exigem uma indemnização de 900 mil euros ao Rafael Marques por, dizem, “denúncia caluniosa”. Nada de novo, portanto. Tudo continua na mesma, havendo quem se julgue acima da lei ou até, tomado como exemplo o mais alto magistrado do país, julgando que são eles próprios como no tempo de partido único a lei que calhar até são. “Fui formalmente notificado do julgamento que vai ser realizado nos próximos dias ou nas próximas semanas. Eu tinha de assinar um documento para o juiz marcar a data do julgamento e basicamente para tomar conhecimento da acusação formal que pende contra mim”, disse o Rafael Marques.

A indemnização é exigida pelos generais Helder Vieira Dias ‘Kopelipa’, actual ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança da Presidência da República, Carlos Alberto Hendrick Vaal da Silva, Adriano Makevela Mackenzie, João Baptista de Matos, Armando da Cruz Neto, Luís Pereira Faceira e António Emílio Faceira e a Sociedade Mineira do Cango. De acordo com Rafael Marques, a nova queixa formalizada no 19.08 pelos generais é baseada no relatório de arquivamento da Procuradoria Geral da República relativamente a uma outra queixa que foi apresentada pelo jornalista em 2011 contra os mesmos

provincia da Lunda Norte, uma das regiões diamantíferas do país propriedade dos generais, que também são sócios da Sociedade Mineira do Cango.

Em Portugal, o Ministério Público arquivou, em Fevereiro de 2013, as queixas que o mesmo tinham apresentado por difamação. No despacho, o Ministério Público português “concluiu pela ausência de indícios de prática de crime, atentos aos elementos probatórios recolhidos e o interesse público em causa”, referindo também que a publicação do livro

“se enquadra no legítimo exercício de um direito fundamental, a liberdade de informação e de expressão, constitucionalmente protegido, que no caso concreto se sobrepõe a outros direitos”.

De acordo com Rafael Marques, os generais, na impossibilidade de insistirem numa queixa por difamação, junto da Justiça angolana, “decidiram” pela “denúncia caluniosa”.

Essa coisa ingénua de se achar que existe por cá um Estado de Direito e que ninguém está acima da lei

ler as verdades que, afinal, são normais naquele sistema político que causa alergias graves ao regime e que dá pelo nome de democracia.

De facto, também em matéria de justiça o rei vai nu. Mas o seu conselheiro garante-lhe que vai muito bem vestido com roupas de Hugo Boss e remendado do Zegna.

Publicado em Portugal em Setembro de 2011, o livro revelou de um modo e tipologia iniciada em 2004 e documenta os casos de homicídio e tortura contra os habitantes na região diamantífera das Lundas.

Relacionado com este caso, 16 organizações de defesa dos direitos humanos, angolanas e estrangeiras, enviaram a 6 de Junho de 2013 uma petição ao Procurador Geral da República de Angola em que classificam como “politicamente motivados” os ataques e acusações feitos a Rafael Marques.

Na petição, as 16 organizações não governamentais instavam o PGR, general João Maria de Sousa, a garantir que Angola respeite os “compromissos internacionais assumidos sobre os direitos humanos e o combate à corrupção, arquivando as acusações e pondo termo ao processo” contra Rafael Marques.

Permitam-nos entretanto que recordemos, por exemplo, que em Outubro de 2000 Rafael Marques dizia que os angolanos não deviam ficar calados perante o que se estava a passar, “porque é preciso começar a resgatar o país

ridades no alegado motivo da cadeia de Luanda.

“O que deve ser dito de forma clara e inequívoca é que o que está a acontecer em Angola não merece o silêncio dos angolanos. Merece a denúncia, merece a reputação”, destacava há sete anos Rafael Marques, acrescentando que na condenação a quatro anos de cadeia do general Miala “Angola não se rege pelas regras do Direito. Rege-se pelas normas do poder arbitrário. Logo a sentença não podia ser uma surpresa”.

“Era preciso eliminar o homem. Um homem que durante muitos anos pensava que estava a servir o país, mas que, na verdade, estava a servir um grupo de indivíduos, encabeçado pelo Presidente da República”, disse na altura Rafael Marques, acrescentando que “o processo do general Miala é similar ao processo de 2012 de Maio”, em que as pessoas que defenderam Agostinho Neto foram mortas para dar lugar, dar espaço às famílias parasitárias que hoje dominam e privatizam o país a seu bel-prazer”.

No caso do jornalista Graça Campos, então condenado a oito meses de cadeia por injúrias e difamação ao ministro da Justiça, Paulo Tjipilica, Rafael Marques disse acreditar estar perante “mais uma prova de falta de seriedade do sistema jurídico”.

“Temo em Angola um sistema jurídico que continua a ser dominado por figuras que têm um passado duvidoso quanto à promo-

C) CAPA DO LIVRO DO JORNALISTA RAFAEL MARQUES



D) SEMANÁRIO FOLHA &



E) ASPECTOS TRATADOS PELO SEMANÁRIO A CAPITAL



F) ASPECTOS TRATADOS PELO SEMANÁRIO A CAPITAL

SACROSISANTOS



G) DESCRIÇÃO DOS ARTIGOS 40º E 44º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Artigo 40º da C.R) –

1. Todos têm o direito de exprimir, divulgar e compartilhar livremente os seus pensamentos, as suas ideias e opiniões, pela palavra, imagem ou qualquer outro meio, bem como o direito e a liberdade de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações.

2. O exercício dos direitos e liberdades constantes do número anterior não pode ser impedido nem limitado por qualquer tipo ou forma de censura.

3. A liberdade de expressão e a liberdade de informação têm como limites os direitos de todos ao bom-nome, a honra e à reputação, à imagem e à reserva da intimidade da vida privada e familiar, a proteção da infância e da juventude, o segredo de estado, o segredo de justiça, o segredo profissional e demais garantias daqueles direitos, nos termos regulados pela lei.

4. As infrações cometidas no exercício da liberdade de expressão e de informação fazem incorrer o seu autor em responsabilidade disciplinar, civil e criminal, nos termos da lei.

5. A todas as pessoas, singulares ou coletivas, é assegurado, nos termos da lei e em condições de igualdade e eficácia, o direito de resposta e de retificação, bem como o direito a indemnização pelos danos sofridos (CONSTITUIÇÃO, ARTIGO 40º, 2010:18).

Ou ainda

Artigo 44º da C. R.)

1. É garantida a liberdade de imprensa, não podendo esta ser sujeita a qualquer censura prévia, nomeadamente de natureza política, ideológica ou artística.

2. O Estado assegura o pluralismo de expressão e garante a diferença de propriedade e a diversidade editorial dos meios de comunicação.

3. O Estado assegura a existência e o funcionamento independente e qualitativamente competitivo de um serviço público de rádio e de televisão.

4. A lei estabelece as formas de exercício da liberdade de imprensa (CONSTITUIÇÃO, ARTIGO, 44º: 2010:19).